

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90003/2025

CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN (153103)

OBJETO

AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.832.077,66 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, SETENTA E SETE REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.007068/2025-98**

SUMÁRIO

1 – DO OBJETO	5
2 – DO REGISTRO DE PREÇOS.....	5
3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
DA EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP	6
DA COTA RESERVADA PARA ME/EPP.....	6
DO TRATAMENTO FAVORECIDO À ME/EPP, SOCIEDADE COOPERATIVA, AGRICULTOR FAMILIAR E MEI.....	6
DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6
4 – DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	7
5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE LANCES.....	10
DO MODO DE DISPUTA: ABERTO.....	10
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO SISTEMA	10
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP	11
DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE	11
DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.....	12
8 – DA FASE DE JULGAMENTO	12
Condições Específicas Relativas Ao Objeto.....	13
9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
10 – DO TERMO DE CONTRATO	15
11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
12 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
13 – DOS RECURSOS.....	17
14 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
15 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
17 – DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL	20
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	21
1 – CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO	21
2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	52
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	53
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	53
Da Sustentabilidade	53
Da Subcontratação	53
Garantia da Contratação	53
Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte	53
5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	54
Condições de Entrega	54
Garantia, manutenção e assistência técnica	54
6 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO.....	55
Fiscalização	55

Fiscalização Técnica	55
Fiscalização Administrativa	55
Gestor de Contrato	56
7 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	56
8 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	58
Recebimento do Objeto	58
Liquidação	58
Prazo de Pagamento	59
Forma de Pagamento	59
Cessão de Crédito	59
Reajuste	60
9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO	60
Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta	60
Forma de Fornecimento	60
Exigências de Habilitação	60
Habilitação Jurídica	60
Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista	61
Qualificação Econômico-Financeira	61
Disposições gerais sobre habilitação	62
10 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO	62
11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	63
12 – DISPOSIÇÕES FINAIS	63
Da Classificação das Informações	63
Aprovação e Autorização	63
APÊNDICE – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	64
ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	65
1 – DO OBJETO	65
2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS	65
3 – ÓRGÃO(S) GERENCIADO E PARTICIPANTE(S)	65
4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	66
Dos limites para as adesões	66
Vedação a acréscimo de quantitativos	67
5 – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA	67
6 – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	68
7 – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	68
8 – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	69
9 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS	70
10 – DAS PENALIDADES	70
11 – CONDIÇÕES GERAIS	70
ANEXO – CADASTRO RESERVA	71
ANEXO III – TERMO DE CONTRATO	72
1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO	72
2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	72
3 – CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS	73
4 – CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO	73
5 – CLÁUSULA QUINTA – PREÇO	73
6 – CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO	73
7 – CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE	73
8 – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	73
9 – CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO	74
10 – CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO	75
11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS BENS/MATERIAIS	75
12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	75
13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL	75
14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES	76
15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	76
16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS	76
17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO	77
18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO	77
ANEXO IV – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO	78
1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	78

2.	VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	78
3.	OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	78
4.	OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO	79
5.	DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	80
6.	DOS CASOS OMISSOS	80
7.	ALTERAÇÕES	80
8.	FORO.....	81
ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA		82



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.007068/2025-98**

Torna-se público que a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN**, CNPJ: 24.365.710/0001-83, por meio dos seus **Pregoeiros, designados pela Portaria de Pregoeiro 13/2025-PROAD/UFRN, de 16/05/2025**, sediada na **Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova, Natal/RN – CEP 59078-900**, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1. Disposições relativas ao Objeto.

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3.** Sendo certo que, havendo divergência das especificações dos itens licitados entre o edital e seus anexos e o sistema **comprasnet**, prevalecerão as especificações dos itens contidas nos anexos deste edital.
- 1.4.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 – DO REGISTRO DE PREÇOS

2. Do Registro de Preços.

- 2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. Da Participação na Licitação.

- 3.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP

3.6. Para os itens **2, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

DA COTA RESERVADA PARA ME/EPP

3.7. Em atendimento à LC nº 123/2006, art. 48, III, os itens **83, 84, 85, 86 e 87** são reservados à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte referentes à cota de até 25% dos itens **7 (83), 8 (84), 1 (85), 3 (86) e 16 (87)** conforme indicado no subitem 1.1 do Termo de Referência.

3.7.1. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, conforme previsto no Art. 8º, §3º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

DO TRATAMENTO FAVORECIDO À ME/EPP, SOCIEDADE COOPERATIVA, AGRICULTOR FAMILIAR E MEI

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item **3.9.6** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.9.4 e 3.9.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos **itens 3.9.4 e 3.9.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3.16. A vedação de que trata o **item 3.10** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 – DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4. Do orçamento estimado sigiloso

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação.

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6. Do Preenchimento da Proposta.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor **UNITÁRIO** e **TOTAL** do item.

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada;

6.1.4.1. Será obrigatória a cotação do quantitativo total de cada item previsto na tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência.

6.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**, anexo deste edital.

6.2. O Valor Total Estimado da licitação será de: **R\$ 1.832.077,66 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, SETENTA E SETE REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS)**, sendo este o VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA ACEITÁVEL.

6.2.1. A proposta de preço para cada item NÃO DEVERÁ SER SUPERIOR AO PREÇO MÁXIMO FIXADO na tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante

6.3.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE LANCES

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme indicado na tabela abaixo:

FAIXAS DE PREÇO (VALOR UNITÁRIO)	INTERVALO DE LANCES MÍNIMO (VALORES)
De R\$ 0,01 a R\$ 0,99	R\$ 0,01
De R\$ 1,00 a R\$ 9,99	R\$ 0,02
De R\$ 10,00 a R\$ 49,99	R\$ 0,20
De R\$ 50,00 a R\$ 99,99	R\$ 1,00
De R\$ 100,00 a R\$ 499,99	R\$ 2,00
De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	R\$ 10,00
De R\$ 1.000,00 a R\$ 4.999,99	R\$ 20,00
A partir de R\$ 5.000,00	1% DO VALOR UNITÁRIO

7.8.1. Para os itens com valor unitário a partir de **R\$ 5.000,00**, embora o intervalo mínimo entre lances esteja definido em percentual, o mesmo deverá ser traduzido pelo licitante, quando de seu lançamento no COMPRASNET, para valores em reais.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.

DO MODO DE DISPUTA: ABERTO

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO SISTEMA

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

7.18. Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo não inferior a 02 (duas) horas a contar da solicitação**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro-prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA FASE DE JULGAMENTO

8. Da Fase de Julgamento.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3.9** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área especializada no objeto.

Condições Específicas Relativas Ao Objeto

8.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

8.11.1. Para os itens abaixo listados, o licitante deverá enviar, juntamente com a proposta, o comprovante da respectiva certificação INMETRO:

Item 08 - 5204000000088 - BALANÇA ANALÍTICA - 0,01 G - 300 G - CAPELA PROTETORA

Item 09 - 5204000000080 - BALANÇA ANALÍTICA - 0,1 MG - 200 G - CAPELA PROTETORA

Item 14 - 5204000000218 - BALANÇA ELETRÔNICA 300 KG

Item 15 - 5204000000219 - BALANÇA PORTÁTIL DIGITAL 50KG

Item 17 - 5204000000158 - BALANÇA SEMIANALÍTICA - 0,01 G - 3000 G

Item 25 - 5204000000019 - CRONOMETRO DIGITAL PORTATIL

Item 28 - 5204000000314 - DETECTOR DE GASES

8.11.2. Quanto aos demais itens do protocolo de aquisições:

Não incidem critérios de sustentabilidade na presente contratação. A demanda objeto desta contratação não está prevista entre aqueles que constam da parte específica do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CGU/AGU. Verificou-se também que não há legislação específica e não foram encontrados no mercado bens ou serviços viáveis com critério de sustentabilidade. Desta forma, para combater possíveis impactos ambientais para esta contratação, e em consonância com o art. 5º da IN nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, da SLTI/MPOG, serão exigidos, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

9. Disposições relativas à Habilitação.

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira**, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, o qual **não poderá ser inferior a 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o **item 9.11.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, o qual não poderá ser inferior a 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.11.1.**

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10 – DO TERMO DE CONTRATO

10. Do Termo de Contrato

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11. Ata de Registro de Preços.

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, a critério e conveniência da Administração.

11.8.2. A renovação da vigência da ata de registro de preços ocorrerá a critério e conveniência da Administração.

11.8.3. A renovação de que trata o item anterior dependerá de prévia justificativa e comprovação de vantajosidade.

11.8.4. A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

11.8.5. O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

I - admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

II - a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

III - havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano será contado a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

12 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12. Da Formação do Cadastro de Reserva.

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

13 – DOS RECURSOS

13. Dos Recursos.

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf>

14 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14. Das Sanções Administrativas

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens **14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens **14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **14.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão

recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento.

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **licitacaocompras@proad.ufrn.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16. Das Disposições Gerais.

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereços eletrônicos <https://sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

17 – DAS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL

17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, todos os seus anexos discriminados claramente no sumário.

Natal (RN), 03 / 06 / 2026

João Paulo Paiva da Silva
Diretor
Diretoria de Compras/PROAD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.007068/2025-98

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO

1. Disposições relativas ao Objeto.

1.1. Descrição do objeto: **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LISTA DE ITENS								
Emitido em 25/05/2026 08:37								
Item	Especificação do Item	Unidade de Medida	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total	
1	5204000000320	UNIDADE	12	8	20	R\$ 5.340,32	106.806,40	
ALICATE AMPERÍMETRO RMS VERDADEIRO								
Alicate Amperímetro RMS Verdadeiro, capacidade de medição de corrente CC e CA de no mínimo 600A precisão até 1,5%, capacidade de medição de tensão CC e CA de no mínimo 800V precisão até 1,5%, Medição de corrente e tensão RMS verdadeiro, capacidade de medir capacitancia até 1000 microfarads ou +/- precisão até 1%, capacidade de medir frequência de até 500Hz ou + / precisão até 1%, capacidade de medir resistência elétrica até 60kohms ou +, Conectividade wireless compatível com android, ios para medições remotas, Equipamento portátil, garantia de fábrica no mínimo de 12 meses. CATMAT 605659 CATMAT/CATSER:605659								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		12			R\$ 64.083,84		
Quant. Ext.								
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA			8		42.722,56		
2	5204000000446	UNIDADE	1	0	1	R\$ 8.000,00	8.000,00	

ANALISADOR DE UMIDADE								
Balança com display em LCD retroiluminado, com capacidade máxima de, no mínimo, 50g,faixa de operação de temperatura de 50° C a 160° C, com incremento de 1°C, repetibilidade de, no máximo 0,15% e 0,05%, resolução 1 mg e possibilidade de programação de modo de secagem por variação % ou por tempo. Acompanhada de kit com 50 unidades de pratos descartáveis em alumínio. Dimensão aproximada de 160x200x335 mm. Garantia mínima de 12 meses. (CATMAT: 329039) CATMAT/CATSER:329039								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				1		R\$ 8.000,00		
3	5204000000241	UNIDADE	8	8	16	R\$ 5.096,84	81.549,44	
ANEMÔMETRO								
- Deve medir a velocidade do ar e temperatura; - Escala de leitura da velocidade do ar de 0,13 a 20 m/s (precisão de +/- 0.0025 m/s), temperatura de 0°C to 93°C (precisão de +/- 1°C); - Com eletrodo telescópico; - Alimentação: bateria de 1,5 V; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 607231) CATMAT/CATSER:607231								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				8		R\$ 40.774,72		
Quant. Ext.								
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA				8		40.774,72		
4	5204000000208	UNIDADE	12	0	12	R\$ 412,16	4.945,92	
ANTROPÔMETRO/ESTADIÔMETRO VERTICAL PORTÁTIL								
- Escala numérica (régua) construída em material rígido, resistente à umidade e mudanças de temperatura (metal ou madeira de boa qualidade) e de fácil limpeza. - Adaptador para medição de pessoas deitadas (crianças menores de 2 anos ou adultos acamados). - Escala numérica desmontável (as partes devem se encaixar precisamente e manterem boa fixação e estabilidade após encaixe). - Escala numérica em centímetros, de no mínimo 210cm úteis, com graduação (precisão) de 1 mm. - Cursor (haste móvel) de metal, removível, com deslizamento suave e estável - Base de sustentação para apoio dos pés, fabricada em metal - Bolsa com alça de ombro para permitir o transporte. - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. CATMAT/CATSER:442455								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				12		R\$ 4.945,92		
5	5204000000222	UNIDADE	33	0	33	R\$ 3.450,66	113.871,78	
-	APARELHO DE GPS (ITEM CANCELADO)							
-	No mínimo 20 Canais; Recepção de sinais GPS L1 e código C/A/SBAS: WAAS-							

	MSAS; Processador com velocidade de 600MHz; Com sistema operacional Windows Mobile 6.5 português ou superior; Precisão pós-processada de até 50cm; Com visor; Memória interna 128Mb RAM; Slot para cartão de memória; Com Bluetooth, Wifi, USB e GSM (chip interno); Bateria com duração de no mínimo 20h; Possui Câmera digital integrada de 3 Mega pixels; Acessórios: Carregador de bateria, Cabo USB, Bateria com duração de no mínimo 20h; Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.(CATMAT:603487) CATMAT/CATSER:603487						
	- Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			33		R\$ 113.871,78	
6	5204000000329	UNIDADE	10	2	12	R\$ 1.361,45	16.337,40
	BALANÇA ANALÍTICA ANTROPOMÉTRICA ADULTO						
	DISPOSITIVO PARA MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO BALANÇA COM RÉGUA, MODELO ELÉTRICA, MATERIAL AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, ESCALA GRADUAÇÃO COM ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO CERCA DE 2,0, ANTROPÔMETRO QUE MEDE ATÉ 2040MM; COM VISOR DIGITAL, TAPETE DE BORRACHA, PÉS REGULÁVEIS, CAPACIDADE DE PESAGEM DE 200KG, DIVISÕES DE 100 GRAMAS; PESAGEM MÍNIMA DE 2 KG; DIMENSÕES MÍNIMAS(AXLXP): 134X40X45 CM; ALIMENTAÇÃO POR ENERGIA FONTE EXTERNA PARA 220 OU 110/220 (BIVOLT AUTOMÁTICO); GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 12 MESES. CATMAT: 442491 CATMAT/CATSER:442491						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			10		R\$ 13.614,50	
	Quant. Ext.						
	152756 - INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM			2		2.722,90	
7	5204000000216	UNIDADE	36	0	36	R\$ 5.417,75	195.039,00
	BALANÇA ANALÍTICA - 0,0001G - 220G (05 CASAS DECIMAIS)						
	Especificações Técnicas: aproximadas/equivalentes ou de melhor qualidade Capacidade: 220 g Leitura: 0,0001 g (0,1 mg) Peso Mínimo: 0,1 mg Repetibilidade: ≤ 0,1 mg Linearidade: ± 0,2 mg Tamanho do Prato: 91 mm Tempo de resposta: 3 s aproximadamente Temperatura de operação: 10-30°C 20-85% Peso: 6,2Kg Comutação automática para funcionar de 110 V a 240 V Conexão: RS232C (D-sub 9P plug), USB device (Type B) Gabinete em plástico ABS Itens Inclusos: 01 Balança analítica 01 Fonte de alimentação 01 Manual de instruções - Assistência técnica enquanto durar a garantia. - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.(CATMAT:283739) CATMAT/CATSER:283739						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			36		R\$ 195.039,00	

8	52040000000088	UNIDADE	16	0	16	R\$ 8.108,47	129.735,52	
BALANÇA ANALÍTICA - 0,01 G - 300 G - CAPELA PROTETORA								
- Digital - Capacidade máxima de 300g ou superior; - Resolução mínima de 0,01g; - Função de contagem; - Display LCD com backlight; - Ajuste na altura dos pés para nivelamento na bancada; - Gabinete de alta resistência; - Prato de pesagem; - Capela protetora; - Voltagem: 220V; - Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação; - Em conformidade com INMETRO - Certificado de calibração do INMETRO. (CATMAT:460227) CATMAT/CATSER:460227								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					16	R\$ 129.735,52		
9	52040000000080	UNIDADE	13	0	13	R\$ 5.299,02	68.887,26	
BALANÇA ANALÍTICA - 0,1 MG - 200 G - CAPELA PROTETORA								
Balança Analítica Digital - Capacidade mínima: 200g;- Leitura: 0,1 mg; - Repetitividade: 0,1 mg; - Conectores de entrada e saída: RS232C / conector de entrada / saída de dados para impressora eletrônica; - Unidades de medida: g, mg, %, pcs, ct, mom, lb, Oz, Ozt, Tael, dwt, GN, m, b, t, o, d (sólido líquido); - Calibração também por peso externo; - Capela protetora compacta e espaçosa com portas que se abrem nas três direções; - Construída em estrutura totalmente metálica resistente e de fácil conservação; Fonte de Alimentação Bivolt. Em conformidade com INMETRO, com selo de aferição; - Assistência técnica enquanto durar a garantia. - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT:283739) CATMAT/CATSER:283739								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					13	R\$ 68.887,26		
10	52040000000309	UNIDADE	13	0	13	R\$ 1.390,43	18.075,59	
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL								
Balança eletrônica antropométrica infantil digital; display em led com 6 dígitos, garantindo a melhor visibilidade nas informações apresentadas; indicadores de função; teclado de alta resistência em policarbonato; função tara até a capacidade máxima da balança; fonte de alimentação externa de 90 a 240 VAC com chaveamento automático; base em aço carbono; pés reguláveis em borracha sintética; concha anatômica em polipropileno como padrão de fábrica: medidas aproximadas 54x30cm injetada em material antigerme; entrada para bateria 12 Vcc (externa); capacidade de até 15 Kg; divisão 5g. Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 472668) CATMAT/CATSER:472668								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					13	R\$ 18.075,59		

11	5204000000305	UNIDADE	20	2	22	R\$ 829,35	18.245,70	
BALANÇA DIGITAL								
BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL -15KG Descrição: Balança do tipo comercial, digital, capacidade de 15kg. Deve possuir display LCD, visor para o cliente, bandeja de aço inoxidável, teclado com tecla de tara e tecla de zero. Deve funcionar com bateria E corrente elétrica. Sensibilidade de pesagem de 0,5 gramas. GARANTIA DE 12 MESES. (CATMAT 246365) CATMAT/CATSER:246365								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					20	R\$ 16.587,00		
Quant. Ext.								
152756 - INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM					2	1.658,70		
12	5204000000209	UNIDADE	3	0	3	R\$ 1.312,87	3.938,61	
BALANÇA DIGITAL DE CAMPO								
- Avaliação de peso em kg, percentual de gordura corporal, percentual de água, massa muscular, massa óssea, - Com analisador de composição corporal por bioimpedância - Função/Modo “atleta” - Alimentação por pilhas ou baterias. - Desligamento automático. - Capacidade de pesagem de, no mínimo, 150 kg - Indicador de pilha fraca. - Indicador de sobrecarga (caso haja sobrecarga de peso, a balança deve indicar sobrecarga em vez de demonstrar o peso alterado). - Graduação (precisão) da pesagem de, no máximo, 100 g. - Garantia mínima de 12 meses. (CATMAT: 246365.) CATMAT/CATSER:246365								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					3	R\$ 3.938,61		
13	5204000000069	UNIDADE	18	0	18	R\$ 146,70	2.640,60	
BALANÇA DIGITAL DE COZINHA COM RECIPIENTE								
- Recipiente lavável e removível em forma de tigela com capacidade para 1L; - Função Tara e Auto desligamento ; - Visor em LCD; - Capacidade mínima de pesagem de 2 Kg; - Graduação de até 1g; - Alimentação a bateria ou pilhas; - Garantia de 12 meses.(CATMAT:312414) CATMAT/CATSER:312414								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					18	R\$ 2.640,60		
14	5204000000218	UNIDADE	10	2	12	R\$ 1.686,66	20.239,92	
BALANÇA ELETRÔNICA 300 KG								
Balança Eletrônica. Pesagem –Capacidade (kg) x Divisão (g) :: Única faixa de pesagem (simples escala): 300kg x 100g ::Tara: Manual e Progressiva até a carga								

	máxima :: Dimensão da plataforma: 500 x 500 mm:: Material da plataforma: Aço carbono com pintura epóxi :: Material da bandeja: Aço inox430 :: Potência: 15W :: Alimentação: 110 / 220 V (bivolt automático) :: Display de peso:LED vermelho de alto brilho :: Quantidade de display: 6 Dígitos (Até 9.999,99) :: Divisão: Até 10.000 :: Dimensão do display (L x A): 19 x 25 mm ::Selo Inmetro GARANTIA 12 meses. (CATMAT 454433) CATMAT/CATSER:454433						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		10			R\$ 16.866,60	
	Quant. Ext.						
	152756 - INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM		2			3.373,32	
15	5204000000219	UNIDADE	6	0	6	R\$ 57,54	345,24
	BALANÇA PORTÁTIL DIGITAL 50KG						
	- BALANÇA PORTÁTIL DIGITAL; - CORPO EM ALUMÍNIO; - COM GANCHO EM AÇO INOX; - CAPACIDADE MÍNIMA PARA PESAR: 50KG; - PRECISÃO APROXIMADA: 20g - GRADUAÇÃO MÁXIMA: 10g; - FUNÇÃO TARA; - FUNÇÃO DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; - BATERIA INCLUSA; - GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; - CONFORMIDADE COM INMETRO, COM SELO DE AFERIÇÃO;(CATMAT:452426) CATMAT/CATSER:452426						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		6			R\$ 345,24	
16	5204000000201	UNIDADE	26	0	26	R\$ 3.865,73	100.508,98
	BALANÇA SEMI-ANALÍTICA - 0,01 G - 1500 G						
	DIGITAL BALANÇA ANALÍTICA. CAPACIDADE DE 1500 G E PRECISÃO DE 0,01G COM LEITURA DIGITAL. RS232 INTERFACE. FONTE DE ALIMENTAÇÃO: MONOFÁSICA 220 V, 50/60 HZ - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia.(CATMAT:447953) CATMAT/CATSER:447953						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		26			R\$ 100.508,98	
17	5204000000158	UNIDADE	10	1	11	R\$ 3.382,66	37.209,26
	BALANÇA SEMIANALÍTICA - 0,01 G - 3000 G						
	- Eletrônica com visor LCD; - Precisão: 0,01 g e resolução: 0,01g; - Capacidade de no mínimo 3000 g e tara total; - Prato em aço inoxidável 304 com medidas mínimas: 15x12cm; - Calibração automática com nível bolha, pés niveladores e peso para calibração; - Proteção contra sobrecarga; - Certificado pelo INMETRO; - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia.(CATMAT:439723)						

	CATMAT/CATSER:439723						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		10			R\$ 33.826,60	
	Quant. Ext.						
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		1			3.382,66	
18	5204000000358	UNIDADE	1	0	1	R\$ 24.813,25	24.813,25
	BIPOTENCIOSTATO PORTÁTIL						
	<p>SISTEMA DE MEDIÇÃO ELETROANALÍTICO PORTÁTIL; MODOS: BIPOTENCIOSTATO, POTENCIOSTATO, GALVANOSTATO E POTENCIAL DE CIRCUITO ABERTO; ALIMENTAÇÃO: BATERIA DE ÍON LÍTIO; FAIXA DE POTENCIAL: $\pm 2,048$ V; FAIXA DE CORRENTE: ± 2 NA A $\pm 200 \mu$ A EM 6 ESCALAS OU MAIS; RESOLUÇÃO DO POTENCIAL: ± 1 MV; RESOLUÇÃO DA CORRENTE: $\pm 0,05\%$ OU MENOR; SAÍDAS: 5 DIGITAIS I/O; INTERFACES DISPONÍVEIS PARA COMUNICAÇÃO COM PC: USB; MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES. ACESSÓRIOS INCLUSOS: 1 ELETRODO DE REFERÊNCIA AG/AGCL DE JUNÇÃO DUPLA; 1 ELETRODO AUXILIAR DE FIO DE PLATINA; ADAPTADOR PARA CONEXÃO DOS ELETRODOS CONVENCIONAIS (TRABALHO, REFERÊNCIA E CONTRA-ELETRODO); 10 ELETRODOS IMPRESSOS DE CARBONO; 10 ELETRODOS IMPRESSOS DE OURO; 10 ELETRODOS IMPRESSOS DE PLATINA; 1 CÉLULA DE TESTE DE PERFORMANCE (DUMMY CELL); 1 CÉLULA ELETROQUÍMICA CONVENCIONAL COM TAMPA; 1 CABO COM CONEXÃO PARA ELETRODOS IMPRESSOS; 1 CABO COM CONEXÃO PARA ELETRODOS TRADICIONAIS (CONEXÃO TIPO JACARÉ); 1 CABO MINI USB; 1 SOFTWARE DE AQUISIÇÃO E CONTROLE DE DADOS. (CATMAT: 246219) CATMAT/CATSER:246219</p>						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1			R\$ 24.813,25	
19	5204000000422	UNIDADE	20	0	20	R\$ 538,00	10.760,00
	BÚSSOLA GEOLÓGICA						
	<p>Características: Bússola Geológica deve possuir regulador de inclinação embutido e ajuste do ponteiro de acordo com o campo magnético local, além de todas as regiões do planeta, com agulha de alta precisão e amortecedor. O material da bússola dever ser de casca externa de alumínio, plexiglass e acondicionada em bolsa de couro. Os principais componentes, eixos de agulha e rolamentos de ágata devem ser cuidadosamente protegidos contra poeira e água para não afetar a sensibilidade da agulha. Deve possuir bloqueador da agulha diminuir o desgaste da agulha. O tamanho da bússola é da ordem 85 x 73 x 35 mm. Este é um instrumento de medição de estruturas geológicas lineares e planares no domínio do ensino e pesquisa. Garantia de no mínimo 12 meses. (CATMAT 462134) CATMAT/CATSER:462134</p>						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO		20			R\$ 10.760,00	

	RIO GRANDE DO NORTE							
20	5204000000308	UNIDADE	4	0	4	R\$ 3.308,46	13.233,84	
CÂMERA DE INFRAVERMELHO TERMOVISOR								
<p>Câmera de Infravermelho Termovisor. - Termômetro infravermelho com visualização das temperaturas dos corpos na forma de imagens coloridas em um visor ou tela; - IFOV (resolução espacial): 7,8 mRad; - Resolução do detector: 80x60; - Campo de visão: 35,7° x 26,8°; - Relação distância-ponto: 128:1; - Sistema de foco: Foco fixo, distância mínima de foco, 0,45 m (1,5 pol); - Visor resistente: LCD de 3,5 polegadas (paisagem) 320x240; - Design ergonômico e resistente para uso com uma só mão: Sim; - Sensibilidade térmica (NETD): 0,15°C à temperatura-alvo de 30°C (150 mK) - Faixa de medição de temperatura (sem calibração abaixo de -10 °C): -20°C até +250°C (-4°F até 482°F); - Nível e alcance: Escalonamento automático e manual suaves; - Reajuste automático rápido no modo manual: Sim; - Alcance mínimo (modo manual): 2,5°C; - Alcance mínimo (modo automático): 5°C; - Câmera digital integrada (luz visível): 5MP; - Taxa de projeção: Versões de 9 Hz; - Sistema de memória SD expansível: Memória interna de 4GB; - Captura de imagens, visualização, mecanismo para salvar: Captura de imagens com uma só mão, visualização e recurso para salvar; - Formatos de arquivo de imagem: Não radiométrico(.bmp) ou (.jpeg) ou totalmente radiométrico (.is2); - Baterias (substituíveis em campo, recarregáveis): Um conjunto de baterias de íon lítio com monitor LED; - Sistema de carregamento da bateria: Carregamento no termovisor; - Operação CA com fonte de alimentação (100 V CA a 240 V CA, 50/60 Hz);</p> <p>MEDIÇÃO DE TEMPERATURA - Precisão: ±2°C ou 2% (a 25°C nominais, o que for maior); PALETAS CROMÁTICAS - Paletas padrão: 3: arco de ferro, azul-vermelho, escala de cinza; - Faixa espectral do infravermelho: 7.5µm a 14µm; - Temperatura de funcionamento: -10°C a +50°C (14°F a 122°F); - Temperatura de armazenamento: -20°C a +50°C (-4°F a 122°F); - Garantia mínima de 12 meses contra defeito de fabricação. (CATMAT 469390) CATMAT/CATSER:469390</p>								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				4	R\$ 13.233,84		
21	5204000000271	UNIDADE	5	0	5	R\$ 3.486,56	17.432,80	
CLINÔMETRO E HIPSÔMETRO ELETRÔNICO								
<p>Finalidade: mensuração de ângulos e alturas de árvores. -Instrumento capaz de medir ângulos (em graus) e calcular alturas de árvores (em metros), com visor interno para visualização dos resultados. -Dimensões: 20 x 63 x 44 mm -Peso: 50g (incluindo bateria) -Alimentação: 01 pilha pequena (AA) -Altura máxima: 999 metros - Distância máxima: 999 metros -Ângulos: de -55° a +85° -Precisão na medida do ângulo: +/- 0,2 - Garantia mínima de 12 meses contra defeito de fabricação.(CATMAT:268741) CATMAT/CATSER:268741</p>								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				5	R\$ 17.432,80		

22	5204000000418	UNIDADE	10	0	10	R\$ 7.869,50	78.695,00	
CONDUTIVÍMETRO (PARA BANCADA E PORTÁTIL)								
Especificação Técnica: O equipamento pode funcionar tanto para bancada como portátil. Que seja capaz de realizar medidas de condutividade, salinidade, TDS e temperatura. Condutância de 0,1 μ s até aproximadamente 500 ms. Memória para aproximadamente 10000 resultados. Possui grau de proteção IP67. Deve acompanhar 1 célula de condutividade com cabo fixo de constante. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Assistência técnica enquanto durar a garantia. ESPECIFICAÇÃO NUPLAM. (CATMAT 464976) CATMAT/CATSER:464976								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					10	R\$ 78.695,00		
23	5204000000357	UNIDADE	5	1	6	R\$ 2.055,27	12.331,62	
CONDUTIVIMETRO DE BANCADA MICROPROCESSADO								
TOTALMENTE MICROPROCESSADO; ACEITA TRÊS TIPOS DE CONSTANTES DE CÉLULAS, K=0,1 / K= 1 / K= 10; MEDE CONDUTIVIDADE EM ÁGUAS: 0 A 200.000 US/CM COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA; EXATIDÃO DE 2% FUNDO DE ESCALA; INCERTEZA +- 1%; MEDE CONDUTIVIDADE EM ÁLCOOL: 0 A 20.000 US/M COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA; EXATIDÃO DE 2% FUNDO DE ESCALA; INCERTEZA +- 1%; MEDE STD (SÓLIDOS TOTAIS DISSOLVIDOS) COM FATOR PROGRAMÁVEL; MEDE TEMPERATURA: 0 A 100°C; RESOLUÇÃO 0,1°C; EXATIDÃO +- 0,3°C; INCERTEZA +- 0,2°C; DISPOR DE COMPENSAÇÃO DE TEMPERATURA AUTOMÁTICA EM TODAS AS ESCALAS; APRESENTAR DISPLAY ALFANUMÉRICO; DEVE VERIFICAR DEFEITOS NA CÉLULA, SENSOR DE TEMPERATURA E NAS SOLUÇÕES DE CALIBRAÇÃO; DEVE MOSTRAR SIMULTANEAMENTE A CONDUTIVIDADE E A TEMPERATURA DA SOLUÇÃO; APRESENTAR CALIBRAÇÃO AUTOMÁTICA; APRESENTAR GABINETE EM ABS OU AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA; E SAÍDA RS 232C, QUE INFORME AS LEITURAS DE CONDUTIVIDADE E TEMPERATURA; ALIMENTAÇÃO: 110 / 220 VOLTS (BIVOLT). DEVE DISPOR DE MANUAL DE INSTRUÇÕES E GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES. ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM: 01 CÉLULA DE VIDRO PARA CONDUTIVIDADE EM SOLUÇÕES AQUOSAS K= 1; 01 SENSOR DE TEMPERATURA INDIVIDUAL FABRICADO EM AÇO INOX; 01 SOLUÇÃO PADRÃO DE CALIBRAÇÃO 146,9 US/CM; 01 SUPORTE INDIVIDUAL PARA CÉLULA E SENSOR DE TEMPERATURA; 01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO. (CATMAT 229840) CATMAT/CATSER:229840								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					5	R\$ 10.276,35		
Quant. Ext.								
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA					1	2.055,27		

24	5204000000017	UNIDADE	35	0	35	R\$ 51,85	1.814,75	
	CONTADOR MANUAL DE FLUXO/VOLUMES/UNIDADES PARA LABORATÓRIO - 04 DÍGITOS							
	Contador manual de fluxo e unidades; com uma tecla para contar e outra para retroceder a contagem; visor de no mínimo 04 dígitos; confeccionado em metal. garantia mínima de 12 meses. assistência técnica enquanto durar a garantia. (CATMAT:603941) CATMAT/CATSER:603941							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				35	R\$ 1.814,75		
25	5204000000019	UNIDADE	111	0	111	R\$ 52,04	5.776,44	
	CRONOMETRO DIGITAL PORTATIL							
	Cronômetro digital portátil; - display de cristal líquido; - com no mínimo 6 dígitos; relógio eletrônico digital; - escala: 23h59'59"; no mínimo 03 botões seletores de função (cronômetro, alarme, ajuste de data/hora); - seleção de formato 12/24h; - dimensões aproximadas: 60x75x10mm; - peso máximo: 35g; - acessórios inclusos: baterias, manual de instruções em português e estojo para transporte; - certificado pelo INMETRO; - Garantia mínima de 12 meses. - assistência técnica enquanto durar a garantia. (CATMAT:254237) CATMAT/CATSER:254237							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				111	R\$ 5.776,44		
26	5204000000024	UNIDADE	39	0	39	R\$ 838,77	32.712,03	
	DATALOGGER DE TEMPERATURA E UMIDADE							
	-Escala: .Faixa de Umidade: 0 a 100%RH; .Faixa mínima de temperatura: -40° a 70°C. -Precisão: .Umidade: ±3%RH; .Temperatura: 1°C / 1,8°F (-20 a 50°C/-4 a 122°F); -Resolução: 0,1%RH / 0,1°C; -Interface USB; -Dispara um alarme visual caso o valor medido exceda o valor máx. e min. definido pelo usuário; -Capacidade mínima da Memória: .16000 leituras para temperatura; .16000 leituras para umidade. -Fornecido com Software e Manual de instruções; - Assistência técnica enquanto durar a garantia. - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 425845) CATMAT/CATSER:425845							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				39	R\$ 32.712,03		
27	5204000000106	UNIDADE	9	0	9	R\$ 866,78	7.801,02	
	DECIBELÍMETRO							
	- Medidor de Nível de Pressão Sonora Digital - Características mínimas: - Visor de LCD com resolução 0,1; - Conforme a norma: IEC 60651 - Tipo 2; - Escala: 30 a 130 dB e +/- 1,5 dB (precisão); - Faixa de frequência: 31,5 Hz a 8 kHz; - Ponderação: A e C; - Com resposta rápida e lenta; - Função LEQ para o último minuto; - Função de congelamento do valor máximo encontrado (pico); - Microfone							

	de eletreto condensado de 1/2''; - Saída analógica (0 a 2 Volts) para adaptação a filtros ou registradores externos; - Alimentação por baterias (inclusas); - Acompanha bolsa para transporte, cabo para filtros ou registradores externos de ruído, protetor de vento e manual de instruções; - Certificado de calibração reconhecido pelo INMETRO; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 376831) CATMAT/CATSER:376831						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		9			R\$ 7.801,02	
28	5204000000314	UNIDADE	2	0	2	R\$ 6.125,58	12.251,16
DETECTOR DE GASES							
Detector de gás. - Atenda os requisitos da NR 33; - Possui alarme e sensores capazes de detectar quantidades de vapores com precisão de partes por milhão (PPM); - Temperatura: 20 °C a + 50° C (-4 °F a 131 °F); - Grau de proteção: IP-67; - Certificação INMETRO – Intrinsecamente Seguro; Gases: - Combustível: 0-100 % LEL (Gases Explosivos); - H2S: 0-100 PPM (Sulfeto de Hidrogênio); - CO: 0-500 PPM (Monóxido de Carbono); - O2: 0-30 % (Oxigênio); - Garantia mínima de 12meses contra defeito de fabricação. (CATMAT 224370) CATMAT/CATSER:224370							
Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2			R\$ 12.251,16	
29	5204000000380	UNIDADE	2	0	2	R\$ 177,15	354,30
DETECTOR DE SEQUÊNCIA DE FASE 3 EM 1							
- Instrumento de acordo com a Categoria de Instalação IV 1000V da norma IEC61010; - Indicação sonora e luminosa; - Detector de sequência de fase trifásica: acende luzes com cores diferentes para cada fase; - Identificador de presença de fase; - Identificador de cabos energizados; - Tensão de Operação: 90V a 1000V AC; - Frequência de Operação: 48Hz a 62Hz; - Indicador de tensão: LED e Buzina; - Alimentação: 2 pilhas de 1,5V tipo AAA (Inclusas); - Garantia de 12 meses. CATMAT 474815 CATMAT/CATSER:474815							
Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2			R\$ 354,30	
30	5204000000350	UNIDADE	7	0	7	R\$ 225,51	1.578,57
DETECTOR DE VAZAMENTO DE GÁS							
Detector de vazamento de gás para uso interno, indicado para uso em cozinhas industriais, com alta sensibilidade na detecção de diversos tipos de gases como o butano e o propano, chamado de gás liquefeito de petróleo (glp), metano do gás natural (gn), gás de carvão e volatilização de álcool; detecção de gás do tipo sensor de calefação semicondutor; possui visor de lcd que indica o índice de concentração de gás no ambiente (de 0 a 10); possui indicação visual através de led's de supervisão; tensão de operação: 220v; possui saída de relé de 3a em até 220 volts;							

	potência sonora: aproximadamente 85db; forma de aviso: indicação sonora e visual. Garantia de no mínimo 12 meses. (catmat: 224370) CATMAT/CATSER:224370							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		7			R\$ 1.578,57		
31	5204000000124	UNIDADE	7	0	7	R\$ 3.423,40	23.963,80	
	DINAMOMETRO HIDRAULICO DE MAO							
	- Utilizado para mensurar a força de pressão manual; - Com no mínimo 02 escalas - Quilograma força (Até 90Kg) ou Pound force (Até 200); - Confeccionado em metal com formato anatômico; - Pegador com ajuste fácil para no mínimo 05 tamanhos de mãos; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 465055) CATMAT/CATSER:465055							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		7			R\$ 23.963,80		
32	5204000000257	UNIDADE	3	0	3	R\$ 3.219,41	9.658,23	
	DISTANCIOMETRO							
	- Medição de distância horizontal, distância vertical, distância inclinada e inclinação. - Alcance de medição: - Distância: 0 a 1000 m normal; 2000 m máx. com alvo refletivo; - Inclinação: +/- 90 graus; - Precisão: - Distância: +/- 50 cm, alvo de alta qualidade - Inclinação: +/- 0.25 graus - Comunicação: Serial RS232 ou Bluetooth; - Alimentação a bateria, com duração de no mínimo 6000 medições; - Classe Laser: Classe 1; - Certificado IP 54; -Ótica: Aumento de 7X; - Visor LCD; - Suporte para Tripé; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 268741) CATMAT/CATSER:268741							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		3			R\$ 9.658,23		
33	5204000000249	UNIDADE	3	0	3	R\$ 14.499,66	43.498,98	
	ESTAÇÃO TOTAL							
	Características mínimas. Podendo ser aproximadas ou de melhor qualidade/desempenho. ESTAÇÃO TOTAL PRECISÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2" SEGUNDOS; RESOLUÇÃO: 1"; CAMPO DE VISÃO: 1° 30' (26M EM 1KM); DISTÂNCIA MÍNIMA DE FOCAGEM: 1,5 M; SENSOR DE INCLINAÇÃO LÍQUIDO DE EIXO DUPLO; ALCANCE COM 1 PRISMA: 7500M; ALCANCE SEM PRISMA 600 M; DESVIO PADRÃO MEDIÇÃO COM PRISMA (FINO/RÁPIDO/RASTREIO): 2 MM + 2 PPM E MEDIÇÃO SEM PRISMA 3MM + 2PPM TEMPO DE MEDIÇÃO (FINO/RÁPIDO/RASTREIO): < 1,5 SEG; MEMÓRIA INTERNA COM 20.000 BLOCOS DE MEDIÇÃO; DURAÇÃO COM BATERIA: 10 HORAS; GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. (CATMAT 460125)							

	CATMAT/CATSER:460125							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		3			R\$ 43.498,98		
34	5228000000112	UNIDADE	1	0	1	R\$ 37.300,00	37.300,00	
	EXTRUSORA PARA RAÇÃO							
	<p>- Extrusora de expansão por calor a seco para laboratório. Com estrutura, painel elétrico, câmaras de refrigeração, silo, calha de vibração, tampas laterais e bica de saída, fabricados em aço inoxidável. Acionada por motor elétrico trifásico de mínimo de 5 HP. Calha para dosar o produto no conjunto de extrusão. Dosagem de água. Sistema de corte com rotação variável, acionado por motor elétrico trifásico, 220V, e inversor de frequência. Painel elétrico. Acompanha matrizes para a extrusão de rações para peixes e camarões. Capacidade para fabricação de ração em quantidades iguais e superiores a 0,5kg. - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica. (CATMAT 462135)</p> <p>CATMAT/CATSER:462135</p>							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1			R\$ 37.300,00		
35	5204000000445	UNIDADE	55	4	59	R\$ 51,68	3.049,12	
	FITA/TRENA ANTROPOMÉTRICA							
	<p>Fita/trena antropométrica - Fabricado exclusivamente para medição de perímetros corporais- Fabricada em material maleável e inelástico (fibra de vidro ou aço plano), com caixa confeccionada em metal, com dispositivo de retração automática da fita. - Dimensões da fita: 200 cm de comprimento x 0,7 cm de largura (no máximo) - Escala numérica em centímetros, com graduação (precisão) de 1 mm e indicação da dezena (em números maiores ou destaque) a cada 10 cm. - Fita com área em branco antes da linha “zero” para adequado manuseio (mínimo: área em branco de 2 cm; ideal: área em branco de 3 cm). Resistente e fácil higienização. Garantia de no mínimo 12 meses. (CATMAT 485523)</p> <p>CATMAT/CATSER:485523</p>							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		55			R\$ 2.842,40		
	Quant. Ext.							
	152756 - INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM		4			206,72		
36	5204000000060	UNIDADE	9	0	9	R\$ 1.678,85	15.109,65	
	FONTE DE TENSÃO DC DE BANCADA							
	<p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS -Fonte de tensão DC programável com 3 saídas, sendo duas simétricas reguláveis de 0 a $\pm 25V/ 1A$ com ajuste independente ou tracking e a outra TTL de 0 a 6V/ 5 A; Potência de 80 Watts; Mostrador digital de tensão e corrente; Operação em regimes de Tensão Constante ou Corrente</p>							

	Constante; Regulação melhor do que 0,01%; Interfaces GP-IB e RS-232C. - Alimentação elétrica: 220Vac – 60Hz. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE A GARANTIA (CATMAT 294870) CATMAT/CATSER:294870						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		9			R\$ 15.109,65	
37	5204000000135	UNIDADE	2	0	2	R\$ 16.616,66	33.233,32
	FOTÔMETRO DE CHAMA						
	- Características mínimas: - Aplicação simultânea para Na / K / Li / Ca; - Microprocessado; - Escala auto range; - Precisão: Menor que 1% (fe); - Linearidade: Menor que 2% (fe); - Pontos de Calibração de no mínimo 01 ou 02; - Combustível utilizado: GLP de 13 kg e pressão mín. 180 mmHg; - Oxidante: Ar isento de pó e óleo a 20 psi, Q=9 L/min; - Visor digital com resolução 0,1; - Saída: RS-232 ou RS-485; - Alimentação elétrica: 110/220 VCA (50 /60 Hz); - Potência consumida: 10 VA; - Acompanha compressor de ar (tipo membrana), válvula de gás padrão p/ bujão de 13Kg, mangueiras de conexão para dreno, ar e gás (Padrão ABNT/INMETRO); - Inclui impressora serial; - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. (CATMAT 604358) CATMAT/CATSER:604358						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2			R\$ 33.233,32	
38	5204000000280	UNIDADE	11	0	11	R\$ 2.813,47	30.948,17
-	GPS DE NAVEGAÇÃO PORTÁTIL COM GLONASS (ITEM CANCELADO)						
	Especificações mínimas: Registro de trajeto: 10.000 pontos, 200 trajetos salvos; Duração da bateria para até 16 horas; Receptor de alta sensibilidade; Compatível com USB de alta velocidade; Mapa base: sim; Capaz de incluir mapas; Memória interna: 4GB + Slot de cartão de memória expansível; Roteamento automático (roteamento em estradas curva a curva); Bússola eletrônica: Sim (compensação de inclinação, 3 eixos); Altímetro barométrico; Navegação por imagens (navega nas fotos geomarcadas); Informações sobre o sol e a lua; Faz cálculos de área; Transferência unidade a unidade (compartilha dados sem fio com unidades similares); Visualizador de imagens: sim; Acompanha: antena quádrupla; Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.(CATMAT:602165) CATMAT/CATSER:602165						
-	Quant. Int.						
-	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		11			R\$ 30.948,17	
39	5204000000260	UNIDADE	14	0	14	R\$ 3.609,15	50.528,10
-	GPS NAVEGADOR PORTÁTIL (ITEM CANCELADO)						
-	Especificações semelhantes / aproximadas ou de melhor qualidade: GPS NAVEGADOR PORTÁTIL. DIMENSÕES FÍSICAS 6,1 x 16,0 x 3,6 cm;						

TAMANHO DA TELA, LXA 3,6 x 5,5 cm; diagonal de 2,6 pol. (6,6 cm); RESOLUÇÃO DA TELA, LXA 160 x 240 pixels; TIPO DE TELA TFT transfletivo de 65 mil cores; PESO 217 g com pilhas; BATERIA 2 pilhas AA (não incluídas); recomendamos pilhas de lítio ou NiMH; VIDA ÚTIL DA BATERIA 16 horas; CLASSIFICAÇÃO NA ÁGUA IPX7; INTERFACE Compatível com mini-USB de alta velocidade e NMEA 0183; MEMÓRIA/HISTORIAL 16 GB (o espaço do utilizador varia consoante o mapa incluído); Mapas e memória; CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPAS; MAPA DE BASE; CÁLCULO DE ROTA AUTOMÁTICO (ROTAS DE CURVA A CURVA NAS RUAS); SEGMENTOS DO MAPA 3000; BIRDSEYE 250 ficheiros de Imagens BirdsEye; INCLUI CARACTERÍSTICAS HIDROGRÁFICAS DETALHADAS (LINHAS COSTEIRAS, LAGOS/RIOS, PNTANOS E NASCENTES PERENES E SAZONAIS); INCLUI PESQUISAS DE PONTOS DE INTERESSE (PARQUES, PARQUES DE CAMPISMO, PARQUES DE MERENDAS E MIRADOUROS); APRESENTA PARQUES NACIONAIS, ESTATAIS E LOCAIS, FLORESTAS E ZONAS DE RESERVA; CAPACIDADE DE ENERGIA E ARMAZENAMENTO Sim (cartão microSD de 32 GB no máximo); PONTOS DE PASSAGEM/FAVORITOS/LOCAIS 5000; TRAJETOS 200; REGISTO DE TRAJETOS 10 000 pontos, 200 trajetos guardados; ROTAS 200, 250 pontos por rota; rotas automáticas de 50 pontos; Sensores; RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE; GPS; GLONASS; GALILEO; QZSS; BÚSSOLA GPS (EM MOVIMENTO); SUPORTA FREQUÊNCIA MULTIBANDA; Funcionalidades inteligentes diárias; NOTIFICAÇÕES INTELIGENTES NO DISPOSITIVO PORTÁTIL CONTROLO REMOTO VIRB; COMPATÍVEL COM O GARMIN CONNECT PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS; Funcionalidades para atividades recreativas ao ar livre; NAVEGAÇÃO DE ROTA ATIVA; COMPATÍVEL COM BASECAMP; CÁLCULO DE ÁREAS; CALENDÁRIO DE CAÇA/PESCA; INFORMAÇÕES DE SOL E LUA; CONCEBIDO PARA GEOCACHING Sim (Sem papel); COMPATÍVEL COM PERSONALIZAÇÃO DE MAPAS Sim (500 mosaicos de mapa personalizados); VISUALIZADOR DE IMAGENS; Aplicações externas COMPATÍVEL COM O APLICATIVO GARMIN EXPLORE, COMPATÍVEL COM WEBSITE GARMIN EXPLORE; CONECTIVIDADE SEM FIOS Sim Bluetooth, ANT+; Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT: 602165) CATMAT/CATSER:602165								
- Quant. Int.								
- 153103 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			14		R\$ 50.528,10			
-								
40	5204000000002	UNIDADE	12	0	12	R\$ 2.407,16	28.885,92	
- GPS OUTDOOR PORTÁTIL (ITEM CANCELADO)								
GPS OUTDOOR PORTÁTIL; MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 1.000 WAYPOINTS; MÍNIMO DE 50 ROTAS; MEMÓRIA MÍNIMA DE 10.000 PONTOS PARA TRILHA; MEMÓRIA INTERNA MÍNIMA DE 350 MB TELA COLORIDA; ALTÍMETRO BAROMÉTRICO; BÚSSOLA ELETRÔNICA; PRECISÃO MÁXIMA DE 15,0 cm; À PROVA D'ÁGUA (SUBMERSÍVEL A 1m DE PROFUNDIDADE POR NO MÍNIMO 30 min); ALIMENTAÇÃO POR BATERIA COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 15 h ACESSÓRIOS INCLUSOS: CAIXA PROTETORA, BATERIA(S), CABO USB, SOFTWARE E MANUAL EM PORTUGUÊS; Similar ao modelo Garmin eTrex® 30x; Garantia mínima de 12 meses. Assistência técnica enquanto durar a garantia.(CATMAT:602165) CATMAT/CATSER:602165								
- Quant. Int.								

	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				12		R\$ 28.885,92	
41	5204000000191	UNIDADE	4	0	4	R\$ 2.904,47	11.617,88	
MEDIDOR DE CLORO LIVRE E TOTAL (CL2) E FLÚOR								
<p>Medidor de cloro livre e total (Cl₂) e Flúor - Mede as concentrações de Cl e do F em água potável ou em águas servidas (esgoto), na faixa de 0.00 a 2.50 mg/L ou 2,6 a 5,0 mg/L e de 0,00 a 2,00 mg/L respectivamente, pelos métodos DPD e SPADNS, no campo ou laboratório. - Inserção de curva de calibração pelo usuário com 7 pontos, em cada parâmetro independente, poderá fazê-lo em apenas um ou nos dois parâmetros; - Display de LCD com 2 linhas 16 caracteres, com luz de fundo, para leituras em ambientes pouco iluminados; - Fonte de radiação: LED a 550nm; - Detector tipo Fotodiodo de silício; - Precisão total melhor que 1,5% (fim de escala); - Resolução de 0,01mg/L com reprodutibilidade de $\pm 0,02$mg/L; - Leitura de cloro livre e total entre 0,00 e 2,50 mg/L com resolução de 0,01 e entre 2,6 e 5,0 mg/L com resolução 0,1; - Leitura de flúor entre 0,00 e 2,00 mg/L; - Desligamento automático após algum tempo sem uso; - Acompanha 01 maleta para transporte e uso do aparelho, 6 cubetas calibradas, 1 padrão secundário de cloro 2mg/L, 1 padrão de Flúor 1mg/L, jogos de reagentes para 50 análises de flúor e para 100 análises de cloro livre e total, instruções de uso, bateria de 9 Volts e adaptador chaveado para 90 a 240 Volts. - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. (CATMAT 604358) CATMAT/CATSER:604358</p>								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				4		R\$ 11.617,88	
42	5204000000026	UNIDADE	1	0	1	R\$ 4.348,28	4.348,28	
MEDIDOR DE DENSIDADE DE SÓLIDOS E LÍQUIDOS DIGITAL DE BANCADA								
<p>-MEDIDOR DE DENSIDADE DE SÓLIDOS E LÍQUIDOS DIGITAL DE BANCADA; -DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO; -TECLADO; -TERMÔMETRO INTEGRADO AO INSTRUMENTO; -BALANÇA ELETRÔNICA SEMI-AUTOMÁTICA; -PERMITE O AJUSTE DA DENSIDADE DO LÍQUIDO DE REFERÊNCIA, DO VOLUME DA ESFERA PADRÃO E DO COEFICIENTE DE TEMPERATURA DO LÍQUIDO DE REFERÊNCIA; -AMOSTRA: 27; -VOLUME DA ESFERA: 1,070 cm³; -COEFICIENTE DE TEMPERATURA: 0,000 d/°C; -TEMPERATURA: 25,9°C; -PESO DESLOCAMENTO: 1,078g; -DENSIDADE LIQUIDO: 1,008 g/cm³; -ALIMENTAÇÃO: 220 Vac/60Hz; -GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; -Assistência técnica enquanto durar a garantia. CATMAT/CATSER:600190</p>								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				1		R\$ 4.348,28	
43	5204000000023	UNIDADE	4	0	4	R\$ 1.375,64	5.502,56	
MEDIDOR DE LUZ ULTRAVIOLETA								

	-Display de cristal líquido (LCD) de 3 1/2 dígitos; -Escala mínima: .1999 mW/Cm²; .19990 mW/Cm²; -Faixa mínima de resposta espectral: 290 - 390nm; -Precisão mínima: ± 4% F.E; -Faixa da temperatura de operação: 0 a 50°C; -Umidade máxima de operação: Máx. 80% RH; -Acessórios inclusos: Sensor UV, estojo para transporte e maleta para transporte; -Fornecido com manual de instruções; -Garantia mínima de 12 meses; (466607) CATMAT/CATSER:466607						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		4			R\$ 5.502,56	
44	5204000000038	UNIDADE	7	1	8	R\$ 5.944,12	47.552,96
MEDIDOR DE OXIGÊNIO DISSOLVIDO							
	- Medidor de oxigênio dissolvido portátil, para medida de concentração O2, saturação e temperatura; - Display LCD; - Faixa de concentração: 0,00 a 19,99 mg/l 0,0 a 90,0 mg/l; - Faixa de temperatura: -5,0 a +50,0; - Faixa de saturação: 0,0 a 199,9% e 0 a 600%; - Precisão de concentração de +/- 0,5%; - Precisão de saturação de +/- 0,5% do valor; - Cabo de mínimo 3,0m; - Solução eletrolítica para manutenção de eletrodo; - Membranas sobressalentes para reposicao; - Lixa para limpeza do eletrodo; - Alimentação de 6V por baterias alcalinas; - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. CATMAT/CATSER:602169						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		7			R\$ 41.608,84	
	Quant. Ext.						
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		1			5.944,12	
45	520400008623	UNIDADE	19	0	19	R\$ 2.352,65	44.700,35
MEDIDOR DE PH DISSOLVIDO DIGITAL PORTÁTIL							
	-DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO (LDC) DE 4 DÍGITOS; -TEMPO MINIMO DE RESPOSTA: 0.8SEG; -COMPENSAÇÃO DE TEMPERATURA: MANUAL/AUTOMATICA; -IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: 10 ¹² OHMS; -DATA HOLD; -CALIBRAÇÃO: BOTÃO PARA CALIBRAR O PH7, PH4 E PH10; -MEMORIA MÁXIMA E MINIMA; -INTERFACE SERIAL: RS-232; -DESLIGAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO; -TEMPERATURA MÍNIMA DE OPERAÇÃO: 0 A 50°C; -UMIDADE MAX. DE OPERAÇÃO: 80%RH; -ALIMENTAÇÃO: 1 BATERIA DE NO MIN. 9V. - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. CATMAT/CATSER:421655						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		19			R\$ 44.700,35	
46	5204000000157	UNIDADE	20	0	20	R\$ 1.674,75	33.495,00

MEDIDOR DE PH/MV/TEMP - MICROPROCESSADO - BANCADA								
<p>- Características mínimas para pH: - Range: -1,999 a 19,999/resolução: 0,001/acuracidade: 0,002 pH; - Reconhecimento de tampões automático; - Características mínimas para mV: - Range: -1800,0 a 1800,0 mV/resolução mV: 0,1 mV/acuracidade mV: +/- 0,2 mV; - Características mínimas para Temperatura: - Range: -5 a 100°C/resolução: 0,1°C/acuracidade: +/-0,5 °C; - Compensação de temperatura automática; - Com saída de dados: RS232C; - Visor LCD; - Calibração automática; - Alimentação elétrica 220V ou Bivolt com grau de proteção IP 54; - Acompanha: eletrodo de pH em vidro conexão BNC, sonda de temperatura ATC buffers, solução de enchimento (no mínimo 40 ml) e suporte para eletrodo; - Assistência técnica durante a garantia; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>CATMAT/CATSER:421655</p>								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				20		R\$ 33.495,00		
47	52040000000021	UNIDADE	1	0	1	R\$ 2.407,91	2.407,91	
MEDIDOR DE PONTO DE FUSÃO								
<p>-PODE SER USADO COM ATÉ 3 AMOSTRAS DE UMA VEZ; -BASE EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA EM EPOXI ELETROSTÁTICO; -PAINEL COM INTERRUPTOR GERAL, INTERRUPTOR DE AQUECIMENTO DIRETO E CONTROLE DE TEMPERATURA; -VISOR E LUPA DE AUMENTO; -BLOCO EMBUTIDO PARA AQUECIMENTO ELÉTRICO; -CONTROLE ELETRÔNICO DE TEMPERATURA; -ILUMINAÇÃO HORIZONTAL DIRETAMENTE NA AMOSTRA; -ALIMENTAÇÃO: 220Vac/60Hz; -ACESSÓRIO INCLUSO: TERMÔMETRO DE 0 A 360°C; DE INSTRUÇÕES; -FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES; -GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p> <p>CATMAT/CATSER:439613</p>								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				1		R\$ 2.407,91		
48	52040000000356	UNIDADE	2	0	2	R\$ 4.835,00	9.670,00	
MEDIDOR DE UMIDADE DE FORRAGENS E GRÃOS								
<p>DETERMINAR O TEOR DE UMIDADE/MATÉRIA SÊCA DE FORRAGENS E GRÃOS SECOS E ÚMIDOS; ASSEGURAR UMA RAÇÃO DE VALOR NUTRICIONAL MÁXIMO; DISPONÍVEL EM 110 OU 200 VOLTS; DEVE ACOMPANHAR 01 SECADOR DE 1.200 WATTS, 01 BALANÇA DIGITAL E 01 RECIPIENTE PARA PESAGEM/SECAGEM DO MATERIAL. -- 1.200 WATTS, - 6 E 11 AMPÈRES, -- 3.200RPM, -- FREQ. 60HZ. GARANTIA DENO MÍNIMO 12 MESES. (CATMAT 344752)</p> <p>CATMAT/CATSER:344752</p>								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				2		R\$ 9.670,00		

49	5204000000367	UNIDADE	1	0	1	R\$ 21.271,03	21.271,03	
-	MEDIDOR E TOTALIZADOR ULTRASSÔNICO DE VAZÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E ASSISTENTÊNCIA TÉCNICA (ITEM CANCELADO)							
-	FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E ASSISTENTÊNCIA TÉCNICA DE MEDIDOR E TOTALIZADOR ULTRASSÔNICO DE VAZÃO Aparelho para reposição na Estação de Tratamento de Esgotos ETE. TRANSMISSOR Transmissor para medição de nível/caudal; Saída contínua + saída por contacto(s); Aplicação: até 2 sensores; Linearização até 32 pontos; Software de configuração/diagnóstico; Configuração simplificada: reconhecimento automático de sensores, comissionamento simplificado através navegação fácil no menu; Aprovação: Para áreas não classificadas; Aplicação: Caudal (vazão) + totalizador + nível + controle de amostras + Curvas caudal (vazão) COM pré programadas Caixa; Material: de campo em PC, IP66 SENSOR Medição: Nível, ultrassônico, sem contato com o produto. Aplicação: líquidos, sólidos. Sensor: PVDF. Gama de medida: 10m (líquidos), 5m (sólidos). Temperatura min/máx 40...80°C. Pressão min/máx 4bara/60psia. Banda morta: 30cm. Efeito de auto limpeza através da membrana do sensor. Aprovação: Para áreas não classificadas Ligação ao processo: Rosea ISO228 G1", em PVDF. INCLUI COMISSIONAMENTO INSTRUMENTOS GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. (CATMAT 606112) CATMAT/CATSER:606112							
-	Quant. Int.							
-	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				1	R\$ 21.271,03		
50	5204000000254	UNIDADE	2	0	2	R\$ 206,33	412,66	
	MIRA PARA USO EM TOPOGRAFIA - 4M							
	Mira de encaixe de alumínio (direta) 4 metros; Acompanha nível e bolsa de transporte; Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 265210) CATMAT/CATSER:265210							
	Quant. Int.							
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				2	R\$ 412,66		
51	5204000000202	UNIDADE	4	12	16	R\$ 1.181,66	18.906,56	
	MULTÍMETRO DIGITAL DE BANCADA							
	Multímetro Digital de Bancada - Características Técnicas: Display: 4 1/2 Dígitos, 20000 contagens, com iluminação Taxa de Amostragem: 3 leituras / s Indicação de Polaridade: Automática Indicação de Sobrefaixa: 1 é mostrado True RMS AC / AC+DC. Data Hold Mudança de Faixa: Manual. Uso Interno Altitude Operação: Até 2000m. Grau de Poluição: 2 Temperatura de Operação: 0°C a 40°C, RH < 80% Temperatura de Armazenamento: -10°C a 50°C, RH < 75%. Alimentação: 110 / 220 V AC (50Hz/60Hz). Dimensões: 82(A) x 220(L) x 260(P)mm. TENSÃO DC Faixas: 200mV, 2V, 20V, 200V, 1000V. Precisão: 200mV~200V ± (0.05%+1D) 1000V ± (0.1%+5D). Resolução: 10µV, 100µV, 1mV, 10mV, 100mV. Impedância de Entrada: 10MW. Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC Pico para faixa 200mV 1000V DC / AC Pico para outras faixas CORRENTE DC. Faixas: 20mA, 200mA,							

<p>2A, 20ª. Precisão: 20mA~200mA \pm (0.35%+10D) 2A~20A \pm (1.2%+20D). Resolução: 1µA, 10µA, 100µA, 1mA. Máxima Corrente de Entrada: 20A por 10s. Queda de Tensão Máxima: 200mV. Proteção de Sobrecarga: Fusível ação rápida 2A/250V para entrada mA e fusível de ação lenta 13A/250V para entrada A CORRENTE AC TRUE RMS. Faixas: 200mA, 2A, 20ª. Precisão: 200mA \pm (0.8%+80D) 2A~20A \pm (1.5%+50D). Resolução: 10µA, 100µA, 1mA. Resposta em Frequência: 50Hz~5kHz para faixa 200mA 50Hz~400Hz para outras faixas. Máxima Corrente de Entrada: 20A por 10s. Queda de Tensão Máxima: 200mV. Proteção de Sobrecarga: Fusível ação rápida 2A/250V para entrada mA e fusível de ação lenta 13A/250V para entrada A CAPACITÂNCIA. Faixas: 20nF, 2µF, 200µF. Precisão: 20nF~2µF \pm (3.5%+20D) 200µF \pm (5.0%+30D). Resolução: 1pF, 100pF, 10nF. Frequência de Teste: 400Hz. Tensão de Teste: Aprox. 40mV. Proteção de Sobrecarga: 36V DC / AC Pico RESISTÊNCIA. Faixas: 200W, 2kW, 20kW, 200kW, 2MW, 20MW. Precisão: 200W \pm (0.1%+10D) 2kW~2MW \pm (0.1%+5D) 20MW \pm (0.6%+5D). Resolução: 0.01W, 0.1W, 1W, 10W, 100W, 1kW. Tensão de Circuito Aberto: < 3V DC. Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC Pico TESTE DE DIODO / CONTINUIDADE. Faixas: Diodo / Continuidade. Limiar Audível: < 30W±10W. Corrente de Teste: 1mA. Tensão de Circuito Aberto: 3V DC. Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC Pico TENSÃO AC TRUE RMS. Faixas: 200mV, 2V, 20V, 200V, 750V. Precisão: 200mV~200V \pm (0.8%+80D) 750V \pm (1.0%+50D). Resolução: 10µV, 100µV, 1mV, 10mV, 100mV. Resposta de Frequência: 50Hz~20kHz para faixas 200mV ~ 200V 50Hz~5kHz para faixa 200V 50Hz~400Hz para faixa 750V. Impedância de Entrada: 2MW. Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC Pico para faixa 200mV 1000V DC / AC Pico para outras faixas FREQUÊNCIA. Faixas: 20kHz, 200kHz. Precisão: \pm (1.0%+20D). Resolução: 1Hz, 10Hz. Sensibilidade de Entrada: 500mV RMS. Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC Pico (15 segundos máximo) ACESSÓRIOS. 1. Cabo de Alimentação (1 peça). 2. Pontas de Prova (1 par). 3. Manual de Instruções (1 cópia) hFE. Faixa: 0 ~ 1000.0. Tipo: NPN ou PNP. Corrente de Base: 10µA. Vce: 3V DC. Garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT/CATSER:603537</p>								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		4				R\$ 4.726,64	
Quant. Ext.								
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		12				14.179,92	
52	52040000000066	UNIDADE	64	15	79	R\$ 230,92	18.242,68	
MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL								
-DISPLAY DE 3 3/4 DÍGITOS. -TRUE RMS AC. -TAXA DE AMOSTRAGEM DE APROXIMADAMENTE 3 VEZES/SEGUNDO. -MUDANÇA DE FAIXA AUTOMÁTICA E MANUAL. -ESCALAS DE TENSÃO DC: 40mV, 400mV, 4V, 40V, 400V E 1000V; IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: > 10MOhms NA FAIXA 400mV, 40MOhms PARA OUTRAS FAIXAS; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 1000V DC / 750V AC RMS. -ESCALAS DE TENSÃO AC: 40mV, 400mV, 4V, 40V, 400V, 750V; IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: > 10MOhms NAS FAIXAS 40mV E 400mV, 40MOhms PARA OUTRAS FAIXAS; RESPOSTA EM FREQUÊNCIA: 40Hz ~ 100Hz PARA A FAIXA DE 750V, 40Hz ~ 400Hz PARA OUTRAS FAIXAS; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 1000V DC / 750V AC RMS. -ESCALAS DE CORRENTE DC: 400µA, 4000µA, 40mA, 400mA, 4A E 20A; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: FUSÍVEL DE AUTO RESTAURAÇÃO DE 0.4A/250V PARA ENTRADA mA, FUSÍVEL DE AÇÃO LENTA DE 15A /								

250V PARA ENTRADA A. -ESCALAS DE CORRENTE AC: 400µA, 4000µA, 40mA, 400mA, 4A, 20A; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: FUSÍVEL DE AUTO RESTAURAÇÃO DE 0,4A/250V PARA ENTRADA mA, FUSÍVEL DE AÇÃO LENTA DE 15A/250V PARA ENTRADA A. -ESCALAS DE RESISTÊNCIA: 400 Ohms, 4 kOhms, 40 kOhms, 400 kOhms, 4 MOhms E 40 MOhms; TENSÃO EM ABERTO: APROXIMADAMENTE 400mV; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250V DC / PICO AC. -ESCALAS DE FREQUÊNCIA / DUTY CYCLE: 100Hz, 1000Hz, 10kHz, 100kHz, 1MHz E 30MHz; DUTY CYCLE: 10% A 90%; PRECISÃO DUTY CYCLE: ± (2.0%+5D); SENSIBILIDADE: 1V RMS; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250V DC / PICO AC. -CONTINUIDADE; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250V DC / PICO AC. -ESCALAS DE CAPACITÂNCIA: 40nF, 400nF, 4µF, 40µF E 400µF; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250V DC / PICO AC. -DIODO; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250V DC / PICO AC. -ESCALAS DE TEMPERATURA: -20°C ~ 1000°C / -4°F ~ 1832°F . - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. CATMAT/CATSER:309083								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		64				R\$ 14.778,88	
Quant. Ext.								
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		15				3.463,80	
53	5204000000255	UNIDADE	2	0	2	R\$ 1.162,19	2.324,38	
NÍVEL ÓTICO PARA TOPOGRAFIA								
- Precisão: 2,0 mm / km duplo de nivelamento; - Imagem direta, 32X de aumento, círculo horizontal graduado; - Abertura da objetiva de 36mm; - Á prova d'água na categoria IP54; - Inclui tripé em alumínio; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 335460) CATMAT/CATSER:335460								
Quant. Int.								
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2				R\$ 2.324,38	
54	5204000000229	UNIDADE	8	12	20	R\$ 2.558,11	51.162,20	
OSCILOSCÓPIO DIGITAL								
Osciloscópio Digital novo, de 100MHz de banda, dois canais, Display Colorido 8.5" WVGA (800x480), taxa de amostragem máxima de 1Gsa/s por canal, profundidade de memória de aquisição de 100k pontos, taxa de atualização de 50.000 formas de onda por segundo. Resolução vertical de 8 Bits, tensão de entrada 300 VRMS com picos ≤ 400 V, base de tempo 5ns/div a 50s/div, interpolação sin x/x, capacidade de realizar 23 medidas, cursores para tempo e amplitude, análise matemática, Soma, subtração, multiplicação e FFT, trigger em borda, largura de pulso, vídeo. Entrada para trigger externo. Conectividade: uma porta USB para armazenamento em flash drive no painel frontal, uma porta USB para armazenamento em flash drive no painel traseiro e uma porta USB para conectividade com PC no painel traseiro. Modos de aquisição, Normal, Detecção de pico de até 500ps, média, alta resolução.								

	Gerador de função de 20MHz e kit de treinamento opcionais ao osciloscópio. Garantia de 3 anos com laboratório de reparo e calibração do próprio fabricante em território nacional, comprovada por documento original do próprio fabricante. Fornecido com 2 pontas de prova 10:1 de 150MHz banda. garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT/CATSER:322184						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		8			R\$ 20.464,88	
	Quant. Ext.						
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		12			30.697,32	
55	5204000000444	UNIDADE	26	0	26	R\$ 232,83	6.053,58
	PAQUÍMETRO 16CM						
	PAQUÍMETRO 16CM- Base em alumínio. Resistente. Medição de extremidades corporais.Capacidade de medição 200 mm. Acompanha bolsa para transporte. Garantia de no mínimo 12 meses. (CATMAT 485455) CATMAT/CATSER:485455						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		26			R\$ 6.053,58	
56	5204000000399	UNIDADE	27	0	27	R\$ 486,92	13.146,84
	PAQUÍMETRO 21CM						
	PAQUÍMETRO 21CM - Paquímetro para medir segmentos ósseos; - escala de 0 a 125 cm; - pode também medir altura tronco – cefálica; - pode ser similar ao modelo paquímetro de segmento acrílico - wcs; - garantia de no mínimo 12 meses; (CATMAT 600940) CATMAT/CATSER:600940						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		27			R\$ 13.146,84	
57	5204000000047	UNIDADE	3	0	3	R\$ 378,01	1.134,03
	PAQUÍMETRO DE SEGMENTO OSSEO						
	- PAQUÍMETRO PARA MEDIR SEGMENTOS ÓSSEOS; - ESCALA DE 0 A 125 CM; - PODE TAMBÉM MEDIR ALTURA TRONCO – CEFÁLICA; - SIMILAR AO MODELO PAQUIMETRO DE SEGMENTO ACRILICO - WCS; - GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES; (CATMAT 602052) CATMAT/CATSER:602052						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		3			R\$ 1.134,03	
58	5204000000049	UNIDADE	20	0	20	R\$ 321,16	6.423,20

	PAQUÍMETRO DIGITAL						
	-Sistema de medição Quadrimensional; -Fabricado em aço inoxidável temperado; - Parafuso de fixação da medida; -Capacidade: 200mm; -Resolução: 0,01mm; - Conversão milímetro/polegada; -Garantia mínima de 12 meses; -Assistência técnica enquanto durar a garantia.(CATMAT:455991) CATMAT/CATSER:455991						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		20			R\$ 6.423,20	
59	5204000000279	UNIDADE	20	0	20	R\$ 147,27	2.945,40
	PAQUÍMETRO UNIVERSAL						
	Paquímetro analógico quadrimensional em aço inoxidável para destro. - Gravação das escalas feita a laser em baixo relevo; - Número de série gravado para efeito de calibração e rastreabilidade; - Exatidão conforme Norma NBR NM216:2000; - Com parafuso de trava para fixar as medidas; - Capacidade de 150 mm - 6"; - Resolução de 0,05 mm – 1/128". - Garantia mínima de 12 meses contra defeito de fabricação. CATMAT/CATSER:349602						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		20			R\$ 2.945,40	
60	5204000000039	UNIDADE	1	0	1	R\$ 2.726,22	2.726,22
	PHMETRO - MEDIDOR DE PH (TEMPERATURA E CORRENTE ELÉT.)						
	- Características mínimas: - Medidor de pH com medição de 0 a 14 pontos de pH; - Precisão de +/- 0,01 pH; - Afere temperatura entre 0 a +100°C com resolução de temperatura 0,1°C, com precisão de +/-0,5°C; - Medidor de corrente elétrica de 1000 a +1000 mV, com resolução de 1 mV e precisão +/- 2 m; - Aparelho microprocessado com visor digital; - Alimentação a bateria; - Equipamento pode ser calibrado pelo próprio usuário, utilizando soluções Buffer de Calibração; - Acompanha eletrodo de vidro, sensor de temperatura em aço inox e solução tampão para no mínimo 02 valores de calibragem; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. CATMAT/CATSER:250160						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1			R\$ 2.726,22	
61	5204000000395	UNIDADE	7	0	7	R\$ 1.776,15	12.433,05
	PHMETRO DE BANCADA						
	Aparelho medidor de pH microprocessado de bancada com sistema de calibração automática. Gabinete em ABS ou similar; display gráfico para visualização do valor de pH, mV e temperatura. Deve possuir compensação automática e manual de temperatura. Deve permitir a calibração em até 3 pontos, no mínimo. Possuir capacidade de medição de no mínimo pH, mV e temperatura, com pelo menos as seguintes faixas de medições: pH de 0 a 14, mV de -1999 a 1999mV e temperatura de pelo menos 0 a 99,9°C. Deverá acompanhar os acessórios necessários para o						

	funcionamento do equipamento. Garantia mínima de 12 meses. (CATMAT 256068) CATMAT/CATSER:256068						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		7			R\$ 12.433,05	
62	5204000000245	UNIDADE	14	2	16	R\$ 2.331,59	37.305,44
	PHMETRO MICROPROCESSADO DE BANCADA COM JOGO DE SOLUÇÕES TAMPÕES						
	Calibração do instrumento em menos de 3 minutos com soluções tampão de pH 4,01 / 7,01 e 10,01 ou 4,00 / 6,86 e 9,18. Possibilidade de medição de pH, mV, ORP (potencial de oxi-redução) e Temperatura da Amostra. Efetuar verificação do eletrodo automaticamente e indicar seu real estado, toda vez que a rotina de calibração é feita. Possuir gabinete de plástico tipo ABS de alto impacto. - pH: faixa de medição de -2,00 a 20,00 pH; Divisão de 0,001 pH; Precisão relativa de 0,05% (FE); 3 pontos de calibração - Milivolts: Faixa de medição de -1,999 a + 1,999 mV; Divisão de 1 mV; Precisão relativa de 0,05% (FE); - Temperatura: Faixa de medição de 0 a 100°C; Divisão de 0,1°C; Precisão relativa de 0,3% (FE); Compensação de temperatura de 0 a 100°C - Acompanhar jogo de soluções com pH de 4,01, 7,01, 10,01 e KCl 3 Mol/L - Garantia de no mínimo 12 meses. (CATMAT 404797) CATMAT/CATSER:404797						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		14			R\$ 32.642,26	
	Quant. Ext.						
	154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		2			4.663,18	
63	5204000000313	UNIDADE	7	0	7	R\$ 2.409,85	16.868,95
	PHMETRO/CONDUTIVÍMETRO						
	PHmetro/Condutivímetro simultâneo, de dois canais, o qual permite medições de pH e condutividade simultaneamente. - O equipamento deve permitir utilização tanto em campo com em laboratório, atendendo à norma IP67 (resistente à água e poeira); - Deverá ser acompanhado dos respectivos sensores de pH e condutividade; - Garantia mínima de 12 meses contra defeito de fabricação. CATMAT/CATSER:440330						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		7			R\$ 16.868,95	
64	5204000000180	UNIDADE	7	0	7	R\$ 532,42	3.726,94
	PSICRÔMETRO						
	- Para ensaiar percentual de umidade relativa e temperatura de bulbo seco e molhado; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 426253) CATMAT/CATSER:426253						

	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		7			R\$ 3.726,94	
65	5204000000242	UNIDADE	11	1	12	R\$ 349,75	4.197,00
	REFRATOMETRO						
	- Modelo portátil; - Deve determinar do percentual de material seco em uma solução (ex.: engomagem); - Escala mínima de medição: 0 – 32%; - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. CATMAT/CATSER:457795						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		11			R\$ 3.847,25	
	Quant. Ext.						
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		1			349,75	
66	5204000000401	UNIDADE	5	0	5	R\$ 354,70	1.773,50
	SEGMÔMETRO						
	Segmômetro- Para avaliação de diâmetros e segmentos corporais. Composto por trena métrica com lâmina escalonada com leitura em ambos os lados, ponteiros deslizantes de material resistentes e amplitude de leitura de 3000 mm. Garantia mínima: 12 meses. (CATMAT 485523) CATMAT/CATSER:485523						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		5			R\$ 1.773,50	
67	5204000000252	UNIDADE	5	0	5	R\$ 1.114,90	5.574,50
	TERMO HIGRO ANEMOMETRO LUXIMETRO DIGITAL						
	- Visor de LCD; - Velocidade: 1,4 a 100,0Km/h; - Umidade: 10 a 95% RH; - Temperatura (Termistor): 0 a 50°C / 32 a 122°F; - Temperatura (Tipo K): -100 a 1300°C; - Luminosidade: 0 a 20,000 Lux; - Sensores de luminosidade, velocidade do ar e umidade incorporados ao aparelho; - Alimentação: 01 Bateria de 9V (INCLUSO); - Com Certificado de Calibração pelo INMETRO; - Similar ou superior aos modelos POLITERM-20 e INSTRUTHERM THAL-300 - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. CATMAT/CATSER:607231						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		5			R\$ 5.574,50	
68	520401481722	UNIDADE	38	0	38	R\$ 870,31	33.071,78
	TERMOHIGRÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL.						
	- Dois Displays de Cristal Líquido (LCD) de 1 e 2 Dígitos. - Escalas: - Temperatura: -						

	20 a 75° C - Precisão: +/- 0,5° C + 1 dígito - Resolução: 0,1° C - Umidade: 0 - 100% HR - Precisão: 2% HR + 1 Dígito - Resolução: 0, 1% HR - Sensor Separado do Aparelho - Taxa de Amostragem: 3 Seg. - Tempo de Resposta: Aprox. 5 Seg. (Temp) Aprox. 60 Seg. (Unid.) - Tecla M: Congela a Leitura no Display - Temperatura de Operação: 0 a 50° C - Umidade de Operação.Máx. 80% HR - Alimentação: 1 Bateria de 9V - Dimensão/ Peso Aproximados 134x75x36mm/280g - Fornecedor: Estojo com alça tiracolo, Bateria, Sensor e Manual de instruções. - Opcional: Cápsula de calibração. - Garantia mínima 12 meses. - Assistência técnica permanente. (CATMAT 405227) CATMAT/CATSER:405227						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		38			R\$ 33.071,78	
69	5204000000237	UNIDADE	32	4	36	R\$ 635,98	22.895,28
	TERMÔMETRO						
	- Características mínimas: - Faixa de medição: -50° a 450°C; - Mostrador digital; - Haste com profundidade de imersão de 20cm; - Classe de proteção: DIN EN 60529 IP 54; - Acompanha haste de suporte vertical e horizontal e grampo de fixação; - Garantia mínima de 24 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia. (CATMAT 600067) CATMAT/CATSER:600067						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		32			R\$ 20.351,36	
	Quant. Ext.						
	152756 - INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM		2			1.271,96	
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		2			1.271,96	
70	5204000000032	UNIDADE	11	0	11	R\$ 211,50	2.326,50
	TERMOMETRO DIGITAL DE SOLO						
	Termômetro completo tipo espeto, com precisão mínima de 0,1 graus celsius; Escala: faixa de temperatura variando entre 0 graus a 100 graus Celsius; Display de cristal líquido; Fabricado conforme as normas EN-61000, EN-55022, IEC 61000-4-2, IEC 61000-4-3. Acompanha: Estojo para transporte, manual, bateria. Garantia mínima de 1 ano. (CATMAT 213163) CATMAT/CATSER:213163						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		11			R\$ 2.326,50	
71	5204000000360	UNIDADE	40	0	40	R\$ 40,81	1.632,40
	TERMOMETRO DIGITAL ESPETO ALIMENTOS						
	Termômetro, tipo: digital, faixa medição temperatura: - 50°c a 300 °c, aplicação: alimentos, material: plástico e aço inox, características adicionais: tipo espeto digital, com leitor lcd a prova d'agua, precisão: 1 °c. Garantia de no mínimo 12 meses.						

	(CATMAT 432668) CATMAT/CATSER:432668						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		40			R\$ 1.632,40	
72	5204000000306	UNIDADE	2	0	2	R\$ 65,34	130,68
	TERMÔMETRO DIGITAL PARA VACINA COM ALARME						
	Termômetro digital para medição de temperatura máxima e mínima Interna / Externa com alarme com função de memória as leituras. - Escala Interna: -10+50°C / -14+122°F; - Escala Externa: -50+70°C / -56+158°F; - Resolução: 1°C / 1°F; - Precisão: ±1°C / ±1°F; - Dimensões: 110 x 70 x 20mm; - Material: Plástico ABS; - Cabo: 2 metros aproximadamente; - Alimentação: 1 pilha AAA; - Garantia mínima de 12 meses contra defeito de fabricação.(CATMAT:384214) CATMAT/CATSER:384214						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2			R\$ 130,68	
73	5204000000125	UNIDADE	2	0	2	R\$ 251,66	503,32
	TERMÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL						
	-Display de cristal líquido (LCD) de 3 ½ dígitos; -Escala mínima: 0°C ~ 750 °C ; -Resolução mínima: 1°C / 1°F -Precisão mínima: .0 ~ 500°C: ± (0,75% da leitura + 2°C) .500 ~ 750°C: ± (1% da leitura + 3°C) -Tipo de Sensor: Termopar tipo K (NiCr-NiAl); -Conector: Compensado padrão tipo K; -Alimentação: 1 Bateria de 9V ; -Acessórios Fornecidos: Sensores, bateria de 9 volts e manual de instruções. - Garantia mínima de 12 (doze) meses;(CATMAT:437635) CATMAT/CATSER:437635						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2			R\$ 503,32	
74	520400008624	UNIDADE	10	0	10	R\$ 61,38	613,80
	TERMÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL (TIPO ESPETO)						
	-DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO (LDC); -ESCALA MIN. DE : -50 A 200°C/ -58 A 329°F; -PRECISÃO MINIMA DE: (+) OU (-) 1°C ENTRE 40 A 150°C; -RESOLUÇÃO MIN. DE: 0,1°C/0,1°F; -TEMPO MÍN. DE ATUALIZAÇÃO: 1 SEG. -PROVA D'ÁGUA: IP67;TEMPERATURA AMBIENTAL: 0 A 50°C/32 A 122°F; -ALIMENTAÇÃO: 1 BATERIA DE NO MIN. 1,5V LR44 OU EQUIVALENTE; -DURAÇÃO DA BATERIA: CERCA DE 5H; -DIMENSÕES MIN. DO DISPLAY:18 X 8,5MM; -DIMENSÕES MIN. DO HASTE:3,5 X 120MM; DIMENSÕES MIN. DO INSTRUMENTO: 41,5 X 17 X 189MM. -GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES. CATMAT/CATSER:472000						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		10			R\$ 613,80	

75	5204000000114	UNIDADE	26	0	26	R\$ 644,05	16.745,30
TERMÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL MICROCONTROLADO							
-Termômetro digital portátil microcontrolado capaz de monitorar e indicar a temperatura em cinco pontos distintos; -Número de sensores: 5; -Faixa mínima de medição: -40 a 105°C; -Resolução mínima: 0,1°C de -40 a 105°C; -Precisão mínima: +/- 0,5°C; -Alimentação: 1 bateria de 9V; -Garantia mínima de 12 meses; -Assistência técnica permanente.(CATMAT:300759) CATMAT/CATSER:300759							
Quant. Int.							
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					26	R\$ 16.745,30	
76	5204000000001	UNIDADE	21	0	21	R\$ 241,48	5.071,08
TERMÔMETRO INFRAVERMELHO							
Mira Laser;Faixa: -30°C a + 500°C ou Faixa: -20 à 932°F;Resolução ótica 10:1; 200h de uso contínuo(bateria alcalina); Garantia mínima de 12 meses; ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENQUANTO DURAR A GARANTIA.(CATMAT:422322) CATMAT/CATSER:422322							
Quant. Int.							
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					21	R\$ 5.071,08	
77	52040000000348	UNIDADE	1	2	3	R\$ 106,06	318,18
TERMÔMETRO INFRAVERMELHO PARA CORPO HUMANO							
MEDIÇÃO NA TESTA FAIXA DE MEDIÇÃO MÍNIMA: 35,0° C - 42,0° C; RESOLUÇÃO MÍNIMA: 0,1° C; ACURÁCIA MÍNIMA: +- 0,3° C; TEMPO MÁXIMO PARA A MEDIÇÃO: 2 SEGUNDOS. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES. CATMAT/CATSER:438089							
Quant. Int.							
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					1	R\$ 106,06	
Quant. Ext.							
152756 - INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM					2	212,12	
78	52040000000359	UNIDADE	32	0	32	R\$ 234,41	7.501,12
TRENA LASER							
ESCALA MÍNIMA: 0 A 40 M; PRECISÃO: 1.5 MM; UNIDADE DE MEDIDA: M/CM, PÉS/POLEGADA; CLASSE DO LASER: CLASSE 2; TIPO DE LASER: 635 NM < 1MW; PROTEÇÃO CONTRA PÓ E PROJEÇÕES DE ÁGUA IP 54; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; ESPAÇO PARA GRAVAÇÕES: NO MÍNIMO, 10 REGISTROS; ALIMENTAÇÃO: PILHAS DE 1,5V AAA OU BATERIA DE LÍTIO; LUZ DE FUNDO DO DISPLAY; CÁLCULO DE ÁREA E VOLUME; MEDIÇÃO INDIRETA ATRAVÉS DO MÉTODO DE PITÁGORAS; ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO; MEDIÇÃO CONTÍNUA; RASTREAMENTO DE MEDIÇÃO MAX. E MIN.; CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO DA REDE							

	BRASILEIRA DE CALIBRAÇÃO RBC. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. (CATMAT 460781) CATMAT/CATSER:460781						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		32			R\$ 7.501,12	
79	5204000000223	UNIDADE	2	0	2	R\$ 399,66	799,32
	TRIPÉ PARA USO COM ESTAÇÃO TOTAL, TEODOLITOS E NÍVEIS						
	- Tripé extensível; - Confeccionado em alumínio; - Com fecho borboleta; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 238270) CATMAT/CATSER:238270						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2			R\$ 799,32	
80	5204000000420	UNIDADE	2	0	2	R\$ 4.181,92	8.363,84
	TURBIDÍMETRO DE BANCADA DIGITAL TB-2000						
	Turbidímetro digital de bancada: Utiliza padrões prontos que facilitam as calibrações; Gabinete livre de corrosão; Calibração automática com (05) cinco padrões; Acessórios que acompanham: 01 cubeta 25 ml; Set de padrões prontos com os valores 0,1 NTU ; 0,8 NTU ; 8 NTU 80 NTU ; 1000 NTU; Manual de instruções; Fonte de alimentação 110 / 220 VAC; Detetores Fotovoltáicos de Silício dispostos a 90° e 180° Fonte de Luz LED alta intensidade 2600K Alimentação 110 / 220 VAC Faixa de trabalho NTU Resolução 0 a 1000 NTU Garantia de no mínimo 12 meses. (CATMAT 255025) CATMAT/CATSER:255025						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		2			R\$ 8.363,84	
81	5204000000166	UNIDADE	10	1	11	R\$ 3.191,99	35.111,89
	TURBIDIMETRO PORTATIL						
	- Características Técnicas: - Faixa de Trabalho: 0-1000 NTU com colocação automática do ponto decimal ou seleção manual das faixas de 0-9,99, 0-99,9 e 0-1000 NTU.; - Exatidão 2%; - Repetitividade: +/- 1% da leitura ou 0,01 NTU, qualquer que seja o maior; - Tempo de Resposta de no mínimo 06 segundos para a alteração de toda a escala sem cálculo da média, no modo de leitura constante; - Luz Dispersada: < 0,02 NTU; - Padronização: - Padrões primários de Formazina Estabilizada; - StablCal ou padrões primários de Formazina; - Padrões Secundários: Padrões Secundários Gelex; - Visor digital; - Com lâmpada de filamento de tungstênio; - Vida útil típica acima de 100.000 leituras; - Detetores: Fotovoltaicos de silício; - Cálculo da Média do Sinal: Ativado e desativado pelo operador; - Células das Amostras: 60,0 mm de altura por 25,0 mm de largura (2,36" x 1,0"); - Frascos de silicato de boro com tampas rosqueadas, faixa indicadora e linha de enchimento (inclusos); - Acompanha maleta para transporte; - Alimentação a bateria ou elétrica 220V/Bivolt; - Assistência técnica durante a garantia; - Garantia de no mínimo 12						

	meses contra defeitos de fabricação. CATMAT/CATSER:452743						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		10			R\$ 31.919,90	
	Quant. Ext.						
	158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		1			3.191,99	
82	5204000000449	UNIDADE	8	0	8	R\$ 3.450,66	27.605,28
-	APARELHO DE GPS (ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP) (ITEM CANCELADO)						
-	ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP - No mínimo 20 Canais; - Recepção de sinais GPS L1 e código C/A/SBAS: WAAS-MSAS; - Processador com velocidade de 600MHz; - Com sistema operacional Windows Mobile 6.5 português ou superior; - Precisão pós processada de até 50cm; - Com visor; - Memória interna 128Mb RAM; - Slot para cartão de memória; - Com Bluetooth, Wifi, USB e GSM (chip interno); - Bateria com duração de no mínimo 20h; - Possui Câmera digital integrada de 3 Mega pixels; - Acessórios: Carregador de bateria, Cabo USB, Bateria com duração de no mínimo 20h; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT:603487) CATMAT/CATSER:603487						
-	Quant. Int.						
-	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		8			R\$ 27.605,28	
83	5204000000450	UNIDADE	9	0	9	R\$ 5.417,75	48.759,75
	BALANÇA ANALÍTICA - 0,0001G - 220G (05 CASAS DECIMAIS) (ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP)						
	ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP - Especificações Técnicas: aproximadas/equivalentes ou de melhor qualidade Capacidade: 220 g Leitura: 0,0001 g (0,1 mg) Peso Mínimo: 0,1 mg Repetibilidade: ≤ 0,1 mg Linearidade: ± 0,2 mg Tamanho do Prato: 91 mm Tempo de resposta: 3 s aproximadamente Temperatura de operação: 10-30°C 20-85% Peso: 6,2Kg Comutação automática para funcionar de 110 V a 240 V Conexão: RS232C (D-sub 9P plug), USB device (Type B) Gabinete em plástico ABS Itens Inclusos: 01 Balança analítica 01 Fonte de alimentação 01 Manual de instruções - Assistência técnica enquanto durar a garantia. - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT:283739) CATMAT/CATSER:283739						
	Quant. Int.						
	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		9			R\$ 48.759,75	
84	5204000000451	UNIDADE	4	0	4	R\$ 8.108,47	32.433,88
	BALANÇA ANALITICA - 0,01 G - 300 G - CAPELA PROTETORA (ITEM						

REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP)								
ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME/EPP - Digital - Capacidade máxima de 300g ou superior; - Resolução mínima de 0,01g; - Função de contagem; - Display LCD com backlight; - Ajuste na altura dos pés para nivelamento na bancada; - Gabinete de alta resistência; - Prato de pesagem; - Capela protetora; - Voltagem: 220V; - Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação; - Em conformidade com INMETRO - Certificado de calibração do INMETRO. (CATMAT:460227) CATMAT/CATSER:460227								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				4	R\$ 32.433,88			
85	5204000000477	UNIDADE	3	0	3	R\$ 5.340,32	16.020,96	
ALICATE AMPERÍMETRO RMS VERDADEIRO (ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME /EPP)								
ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME /EPP) Alicate Amperímetro RMS Verdadeiro, capacidade de medição de corrente CC e CA de no mínimo 600A precisão até 1,5%, capacidade de medição de tensão CC e CA de no mínimo 800V precisão até 1,5%, Medição de corrente e tensão RMS verdadeiro, capacidade de medir capacitancia até 1000 microfarads ou +/- precisão até 1%, capacidade de medir frequencia de até 500Hz ou + / precisão até 1%, capacidade de medir resistência elétrica até 60kohms ou +, Conectividade wireless compativel com android, ios para medições remotas, Equipamento portátil, garantia de fábrica no mínimo de 12 meses. CATMAT 605659 CATMAT/CATSER:605659								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				3	R\$ 16.020,96			
86	5204000000478	UNIDADE	2	0	2	R\$ 5.096,84	10.193,68	
ANEMÔMETRO (ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME /EPP)								
(ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME /EPP) - Deve medir a velocidade do ar e temperatura; - Escala de leitura da velocidade do ar de 0,13 a 20 m/s (precisão de +/- 0.0025 m/s), temperatura de 0°C to 93°C (precisão de +/- 1°C); - Com eletrodo telescópico; - Alimentação: bateria de 1,5 V; - Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. (CATMAT 607231) CATMAT/CATSER:607231								
Quant. Int.								
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				2	R\$ 10.193,68			
87	5204000000479	UNIDADE	7	0	7	R\$ 3.865,73	27.060,11	
BALANÇA SEMI-ANALÍTICA - 0,01 G - 1500 G (ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME /EPP)								

(ITEM REFERENTE À COTA RESERVADA PARA ME /EPP). DIGITAL BALANÇA ANALÍTICA. CAPACIDADE DE 1500 G E PRECISÃO DE 0,01G COM LEITURA DIGITAL. RS232 INTERFACE. FONTE DE ALIMENTAÇÃO: MONOFÁSICA 220 V, 50/60 HZ - Garantia mínima de 12 meses. - Assistência técnica enquanto durar a garantia.(CATMAT:447953) CATMAT/CATSER:447953			
Quant. Int.			
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	7	R\$ 27.060,11	
ITENS DE COTA RESERVADA À ME/EPP			
83 (7), 84 (8), 85 (1), 86 (3) e 87 (16)			
ITENS EXCLUSIVOS À ME/EPP			
2, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81.			
DETALHAMENTO POR UASG			
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		R\$ 1.669.934,69	
158373 - INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA		R\$ 148.034,07	
152756 - INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM		R\$ 9.445,72	
154838 - INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM		R\$ 4.663,18	
Valor Total do Processo: R\$ 1.832.077,66			

1.2. Valor Total Estimado: R\$ 1.832.077,66 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, SETENTA E SETE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS), sendo este o VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA ACEITÁVEL.

1.2.1. A proposta de preço para cada item NÃO DEVERÁ SER SUPERIOR AO PREÇO MÁXIMO FIXADO na tabela acima.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do contrato ou instrumento equivalente**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação.

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: **24365710000183-0-000001/2025;**

2.2.2. Data de publicação no PNCP: **10/05/2024;**

2.2.3. Id do item no PCA: **130;**

2.2.4. Classe/Grupo: **153103-18/2025;**

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: **6686 - INSTRUMENTOS PARA MEDIÇÃO E CONTROLE DE PRESSÃO, TEMPERATURA E UMIDADE**

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. Descrição da Solução.

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. Requisitos da Contratação.

Da Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens abaixo listados, o licitante deverá enviar, juntamente com a proposta, o comprovante da respectiva certificação INMETRO:

4.1.2. Quanto aos demais itens do protocolo de requisições:

Não incidem critérios de sustentabilidade na presente contratação. A demanda objeto desta contratação não está prevista entre aqueles que constam da parte específica do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CGU/AGU. Verificou-se também que não há legislação específica e não foram encontrados no mercado bens ou serviços viáveis com critério de sustentabilidade. Desta forma, para combater possíveis impactos ambientais para esta contratação, e em consonância com o art. 5º da IN nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, da SLTI/MPOG, serão exigidos, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Da Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. Modelo de Execução do Objeto.

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta)** dias, contados do(a) **recebimento da nota de empenho**, em remessa única, por empenho emitido.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens/materiais deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s) do Órgão Gerenciador:

5.3.1. Almoxarifado Central - Diretoria de Logística, Campus Universitário, Lagoa Nova, CEP 59078-900, Caixa postal 1524, Natal/RN - Brasil;

5.4. Os bens/materiais deverão ser entregues no (s) seguinte (s) endereço(s) dos órgãos participantes:

5.4.1. INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, nº 1692, Tirol, Natal-RN|CEP: 59015-300 (IFRN CAMPUS NATAL - Reitoria);

5.4.2. INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM: Rua Antônia de Lima Paiva, 155, Nova Esperança, Parnamirim-RN | CEP: 59143-45;

5.4.3. INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM: BR - 406, S.N., Planalto, Ceará-mirim-RN | CEP: 59570-000 - Fone (84) 4005-4113.

5.5. Os bens/materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 07h30min às 11h e de 13h30min às 17h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze)** meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a

apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6. Modelo de Gestão de Contrato.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante

terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor de Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. Infrações e Sanções Administrativas

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8. Critérios de Medição e de Pagamento.

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens entregues deverão ter a marca que restou homologada, sendo vedada a entrega de outra marca, ainda que similar, salvo deferimento de pedido de troca de marca/modelo por parte da Diretoria de Compras da UFRN.

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

8.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.13.1. o prazo de validade;

8.13.2. a data da emissão;

8.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.13.5. o valor a pagar; e

8.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.16.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.16.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.1.1. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios,

direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.1.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.1.3. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **27/03/2025**.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9. Forma e Critérios de seleção do Fornecedor.

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de Habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020..

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.3.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual ou Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.15. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.3.18. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.3.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.3.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Liquidez Corrente (LC)**, e **Solvência Geral (SG)** superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Total
SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Circulante
LC =	Passivo Circulante

9.3.20.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de **balanço patrimonial do último exercício financeiro**. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

9.3.21. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimonial líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.3.21.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, considerando que não será exigida da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação balanço patrimonial do último exercício financeiro, também não será exigida a apresentação dos índices **de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, conforme Nota nº 00009/2021/PROC/PFUFNRN/PGF/AGU e Parecer nº 121/2021/PROC/PFUFNRN/PGF/AGU.

9.3.22. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.3.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.3.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.3.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.3.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde o valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.832.077,66 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, SETENTA E SETE REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. Adequação Orçamentária.

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12 – DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Disposições Finais

Da Classificação das Informações

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Aprovação e Autorização

12.2. Equipe de Planejamento:

FLÁVIO CARLOS DE
ALBUQUERQUE
ASSISTENTE EM
ADMINISTRAÇÃO/3085997

JULIO GOMES JÚNIOR
DOCENTE/1453885

HELOIZE DOS SANTOS
PEREIRA
ENGENHEIROÁREA/3160041

JUSSARA APARECIDA
DE MELO GONDIM
FERREIRA
TÉC. DE
LABORATÓRIO/1282782

IAGÊ TERRA GUEDES
DE OLIVEIRA
TÉC. DE
LABORATÓRIO/2918488

LAÉCIO CUNHA DE
SOUZA
DOCENTE/0349812

12.3. A autoridade competente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN aprova o presente *Termo de Referência* e autoriza a contratação do objeto do presente pregão.

Natal (RN), ____/____/____

Maria do Carmo Araújo de Medeiros Fernandes de Oliveira
Pró-Reitor de Administração da UFRN

Para acessar o documento na íntegra [clique aqui](#)

UASG 153103

Estudo Técnico Preliminar 305/2024

Estudo Técnico Preliminar 305/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23077.111284/2024-56

2. Descrição da necessidade

Elevar a qualidade acadêmica em busca da excelência no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, está entre os objetivos institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A aquisição de aparelhos de medição e orientação visa colaborar para o alcance desses objetivos. Esses aparelhos são necessários para equipar os diversos laboratórios desta Instituição de Ensino Superior, a fim de proporcionar um melhor resultado no processo de ensino/aprendizagem.

Assim sendo, é de fundamental importância a aquisição de novos e/ou a substituição de equipamentos, a fim de que não seja inviabilizado o regular funcionamento das atividades fim da Universidade.

Para além da necessidade específica de cada unidade requisitante pertencente à UFRN, há também a necessidade de se ter uma ata de registro de preço vigente para o pronto fornecimento do equipamento quando da disponibilidade orçamentária, corroborando assim com os princípios da economicidade, celeridade e eficiência, salutar ao bom funcionamento das atividades da mencionada Instituição de Ensino Superior.

Ademais, temos que o presente planejamento visa a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇO. Nesse sentido, a despeito do quantitativo estimado, diversos fatores poderão influenciar no montante futuro a ser empenhado. Assim sendo, o tanto a ser efetivamente adquirido estará a critério de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

Quanto à utilização do sistema de registro de preços - SRP, as limitações logísticas de armazenamento implicam em necessidade de entregas parceladas ao longo da vigência da ata de registro de preços, enquadrando-se a demanda no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 2023.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Laboratório Didático de Geociências; Laboratório de Microbiologia de Alimentos; Departamento de Artes; Departamento de Odontologia; Departamento de Patologia; Laboratório de Avaliação Nutricional; Departamento de Engenharia Têxtil; Instituto de Química; Departamento de Engenharia Biomédica; Escola Agrícola de Jundiá; Superintendência de Infraestrutura; Museu Câmara Cascudo; Departamento de Engenharia Elétrica; CCS - Setor de Compras; Laboratório de Técnica Dietética; Almoxarifado do Ceres; Setor de Material e Patrimônio da Facisa; Departamento de Fonoaudiologia; Diretoria de Logística - Proad; Superintendência de Comunicação; Compras e Execução Orçamentária; Reserva Técnica; Departamento de Engenharia de Computação e Automação; Instituto do Cérebro; Escola de Ciências e Tecnologia; Núcleo Integrado de Atendimento Nutricional; Assessoria Administrativa do CCHLA; CCSA - Direção Setor de Compras e Manutenção; Departamento de Farmácia; Setor de Almoxarifado; Assessoria de Infraestrutura - CT; Diretoria de Meio Ambiente; Administração do Ceres -	Respectivas Chefias das Unidades listadas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.007068/2025-98

ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata De Registro de Preços Nº 90003/2025

A **Universidade Federal do Rio Grande do Norte** (gerenciadora desta ata), com sede no Campus Universitário, na cidade de Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.365.710/0001-83, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – Do OBJETO

1. Do Objeto.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, especificado(s) no(s) item(ns) constantes no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação Nº 90003/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. Dos Preços, Especificações e Quantitativos.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Descrição/Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Prazo de Garantia ou Validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 – ÓRGÃO(S) GERENCIADO E PARTICIPANTE(S)

3. Órgão(s) Participante(s)

3.1. O órgão gerenciador será a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**.

UASG	ÓRGÃO GERENCIADOR	VALOR
------	-------------------	-------

153103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 1.943.044,97
--------	---	------------------

3.1.1. Endereço do Órgão Gerenciador: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE: Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova, Natal/RN – CEP 59064-741.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

UASG	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	VALOR
158373	INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA	R\$ 148.034,07
152756	INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM	R\$ 9.445,72
154838	INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM	R\$ 4.663,18

3.2.1. Endereço de Entrega dos Órgãos Participantes:

3.2.1.1. INST.FED.DO RN/CAMPUS JOAO CAMARA: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, nº 1692, Tirol, Natal-RN|CEP: 59015-300 (IFRN CAMPUS NATAL - Reitoria);

3.2.1.2. INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM: Rua Antônia de Lima Paiva, 155, Nova Esperança, Parnamirim-RN | CEP: 59143-45;

3.2.1.3. INST FED RN / CAMPUS CEARÁ-MIRIM: BR - 406, S.N., Planalto, Ceará-mirim-RN | CEP: 59570-000 - Fone (84) 4005-4113.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4. Da Adesão à Ata de Registro de Preços.

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item **4.1.**

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5. Da Validade, Formalização da Ata de Registro de Preços e Cadastro Reserva.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser **prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, a critério e conveniência da Administração.

5.1.2. A renovação da vigência da ata de registro de preços ocorrerá a critério e conveniência da Administração.

5.1.3. A renovação de que trata o item anterior dependerá de prévia justificativa e comprovação de vantajosidade.

5.1.4. A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

5.1.5. O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

I - admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

II - a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

III - havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano será contado a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

5.1.6. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.7. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o **item 5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o **item 5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no **item 5.7**, observando o **item 5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **item 5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

6 – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6. Alteração ou Atualização dos Preços Registrados

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7. Negociação de Preços Registrados.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do

compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.2** e no **item 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata de Registro de Preços

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do Registro do Licitante Vencedor e dos Preços Registrados.

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 – DAS PENALIDADES

10. Das Penalidades.

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 – CONDIÇÕES GERAIS

11. Condições Gerais

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (_____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.007068/2025-98

ANEXO III – TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN**, com sede na **Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova, Natal/RN – CEP 59078-900 (Campus Central)**, na cidade de **Natal/RN**, inscrita no CNPJ sob o nº **24.365.710/0001-83**, neste ato representada pelo Senhor Reitor, **JOSÉ DANIEL DINIZ MELO**, nomeado pela Portaria nº ____, de ____/____/____, publicada no DOU de ____/____/____, portador da Matrícula Funcional nº ____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ____, sediado(a) na ____, em _____ doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Nº **23077.007068/2025-98** em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Nº **90003/2025** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. Objeto.

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. Vigência e Prorrogação.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo **105 da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.1. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3. Modelos de Execução e Gestão Contratuais.

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4. Da Subcontratação

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5 – CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5. Preço.

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 – CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6. Pagamento.

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7. Reajuste.

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8. São obrigações do CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 – CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9. Obrigações do CONTRATADO.

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10. Garantia de Execução.

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS BENS/MATERIAIS

11. Garantia dos Bens/Materiais

11.1. As disposições relativas à garantia bens/materiais em relação ao objeto deste Contrato estão definidas no *Termo de Referência* do presente pregão.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12. Infrações e Sanções Administrativas.

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13. Extinção Contratual.

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14. Alterações.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15. Dotação Orçamentária.

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16. Dos Casos Omissos.

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e

demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17. Publicação.

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18. Foro.

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Primeira Instância em Natal**, Seção Judiciária do Judiciária do **Rio Grande do Norte** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Natal (RN), de de

.....
Representante legal da CONTRATANTE

.....
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.....
.....

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 03 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*
- 2.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.4. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.8 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.10 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.11 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.12 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.14 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.15 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.16 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 4.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3 Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal de Primeira Instância em Natal, Seção Judiciária do estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)



EDITAL Nº 764/2026 - DFE/COMPRAS (11.02.09.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/06/2026 11:51)

JOAO PAULO PAIVA DA SILVA

DIRETOR - TITULAR

COMPRAS/PROAD (11.02.09)

Matrícula: ###892#1

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrn.br/documentos/> informando seu número: **764**, ano: **2026**, tipo:
EDITAL, data de emissão: **03/06/2026** e o código de verificação: **6c0f35775d**